

DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PERSPECTIVA: atores, desafios e possibilidades

ADILSON TADEU BASQUEROTE
(ORGANIZADOR)



Desenvolvimento regional em perspectiva: atores, desafios e possibilidades

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizador

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Pauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas nos capítulos deste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião desta editora.

D451 Desenvolvimento regional em perspectiva: atores, desafios e possibilidades [recurso eletrônico]. / Adilson Tadeu Basquerote (organizador)
-- Ponta Grossa: Aya, 2023. 75 p.

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-263-0
DOI: 10.47573/aya.5379.2.194

1. Economia regional - Brasil. 2. Desenvolvimento sustentável.
3. Planejamento regional – Brasil. 4. Planejamento urbano – Brasil. 5.
Turismo - Brasil – Planejamento. I. Basquerote, Adilson Tadeu. II. Título

CDD: 338.9

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
WhatsApp: +55 42 99906-0630
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação.....	8
01	
Desenvolvimento e justiça socioambiental	9
Rachel Souza Martins	
DOI: 10.47573/aya.5379.2.194.1	
02	
As disputas pelo poder na província de Mato Grosso, no contexto da independência política brasileira	17
Maria do Socorro Castro Soares	
DOI: 10.47573/aya.5379.2.194.2	
03	
Mudança de hábito na mobilidade urbana na cidade de Manaus-AM: a utilização do aplicativo Uber.....	39
Evandro Brandão Barbosa Fabricio Pinto Rabelo	
DOI: 10.47573/aya.5379.2.194.3	
04	
Trindade-GO: um lugar sagrado	46
Idaibes da Páscoa Silva	
DOI: 10.47573/aya.5379.2.194.4	

05

Fortalecimiento de la formación técnica profesional del estudiante desde la integración a proyectos de desarrollo local61

Juana Noa Osorio
Norca Favier Chibas
Adilson Tadeu Basquerote
Eduardo Pimentel Menezes

DOI: 10.47573/aya.5379.2.194.5

Organizador68

Índice Remissivo69

Apresentação

O livro “**Desenvolvimento regional em perspectiva: atores, desafios e possibilidades**” oferece uma abordagem científica e abrangente sobre cinco temáticas cruciais no contexto do desenvolvimento regional. Os capítulos exploram questões relacionadas à justiça socioambiental, disputas de poder na província de Mato Grosso durante a independência política brasileira, mudança de hábitos na mobilidade urbana através do aplicativo Uber na cidade de Manaus-AM, a importância e o significado sagrado de Trindade-GO, e o fortalecimento da formação técnica profissional do estudante por meio da integração a projetos de desenvolvimento local.

No capítulo sobre “Desenvolvimento e justiça socioambiental”, são abordadas as interações complexas entre o desenvolvimento regional e a necessidade de garantir justiça e equidade socioambiental, considerando a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.

O capítulo “As disputas pelo poder na província de Mato Grosso, no contexto da independência política brasileira” investiga as dinâmicas de poder e as disputas políticas que ocorreram nessa região durante o período da independência política do Brasil.

“Mudança de hábito na mobilidade urbana na cidade de Manaus-AM: a utilização do aplicativo Uber” analisa as transformações na mobilidade urbana, enfocando a adoção do aplicativo Uber como uma alternativa de transporte e os impactos gerados por essa mudança de hábito na cidade de Manaus-AM.

O capítulo “Trindade-GO: um lugar sagrado” explora a importância e o significado sagrado de Trindade-GO, investigando suas práticas religiosas e as conexões entre o sagrado, o turismo religioso e o desenvolvimento regional.

Por fim, “Fortalecimiento de la formación técnica profesional del estudiante desde la integración a proyectos de desarrollo local” discute a importância de fortalecer a formação técnica profissional dos estudantes por meio da integração em projetos de desenvolvimento local, enfatizando a necessidade de conexões entre a educação e o desenvolvimento regional.

Essa obra oferece uma visão abrangente e aprofundada sobre o desenvolvimento regional, explorando diversas perspectivas e fornecendo insights valiosos sobre os atores envolvidos, os desafios enfrentados e as possibilidades de promoção de um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Boa leitura!

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Capítulo

01



Desenvolvimento e justiça socioambiental

Development and socio-environmental justice

Rachel Souza Martins
Professora Adjunta – UERJ

DOI: 10.47573/ayd.5379.2.194.1

RESUMO

O presente estudo propõe-se a analisar as características do ambientalismo em nossos dias e suscitar reflexões acerca de questões conflitivas que permeiam a relação Sociedade e Meio Ambiente. A perspectiva que se adotará para esta análise considera a natureza como campo de inter-relações socioambientais e não mais como realidade apartada das 'dinâmicas sócio-políticas' de diversos povos, culturas e indivíduos que nela atuam. Este estudo procura defender um projeto de desenvolvimento capaz de fomentar a igual consideração das condições de vida e da pluralidade de existências de povos tradicionais diante dos conflitos em que são lançados. Partindo de uma perspectiva ética socioambiental e de concepções da ecologia política, salientamos as pautas sociais e a promoção dos direitos de indivíduos humanos e não-humanos como parte de um projeto político abrangente. As questões levantadas neste estudo promovem noções de justiça socioambiental a partir da atribuição de valor intrínseco aos diversos elementos socioambientais que permeiam as relações de poder instituídas.

Palavras-chave: justiça socioambiental. ecologia política. desenvolvimento social.

ABSTRACT

The present study proposes to analyze the characteristics of environmentalism in our days and to raise reflections on conflicting issues that permeate the relationship between Society and the Environment. The perspective that will be adopted for this analysis considers nature as a field of socio-environmental interrelationships and no longer as a reality separated from the 'socio-political dynamics' of different peoples, cultures and individuals who live in it. This study seeks to defend a development project capable of promoting equal consideration of the living conditions and the plurality of existences of traditional peoples in the face of the conflicts in which they are thrown. Starting from a socio-environmental ethical perspective and political ecology conceptions, we emphasize the social guidelines and the promotion of the rights of human and non-human individuals as part of a comprehensive political project. The issues raised in this study promote notions of socio-environmental justice based on the attribution of intrinsic value to the various socio-environmental elements that permeate the instituted power relations.

Keywords: socio-environmental justice. political ecology. social development.

INTRODUÇÃO

Diante da distopia que vivenciamos a partir da apropriação dos espaços socioambientais e dos impactos gerados a partir de atividades industriais massivas que atingem tanto populações tradicionais e seus modos de vida, quanto elementos naturais (vivos e não-vivos), procuramos refletir, neste estudo, acerca dos modelos possíveis de desenvolvimento socioambiental sob um olhar crítico.

Procuraremos trazer para esta discussão a questão acerca do valor atribuído tanto à natureza em si mesma, compreendida também como "meio ambiente", bem como aos diversos atores sociais que permeiam os espaços socioambientais. Compreende-se aqui a 'natureza' ou 'meio ambiente' como um constructo social e ambiental permeado por ações humanas e não-hu-

manas. Neste sentido, a noção de desenvolvimento que se delinea nesta abordagem observa nos conflitos socioambientais prementes o envolvimento – político, econômico e também valorativo - de populações humanas e não humanas, enquanto atores que participam deste *constructo socioambiental*.

Tendo em vista os projetos de desenvolvimento socioeconômico em vigência nas pautas políticas do ocidente, procuraremos enunciar algumas questões que introduzem a reflexão: é possível mitigar os efeitos do desenvolvimento econômico? É possível pensar novos meios de gerir o espaço socioambiental que não o leve à exaustão? Nesta abordagem, procuraremos trazer à tona elementos da ecologia política e da justiça ambiental como norteadores de um debate atual acerca dos conflitos socioambientais. Tendo em vista a concepção de desenvolvimento adotada pelas nações industrializadas, reunida à fragmentação dos saberes ambientais em áreas técnicas que pouco dialogam com as demais práticas de populações locais, tem-se hoje a produção técnica de uma área denominada de ‘resolução de conflitos’. Por ‘conflitos’ compreendemos o enfrentamento de grupos ou indivíduos vulnerabilizados pelas transformações impostas aos seus espaços sociais e ambientais e de grupos representativos do capital industrial que promovem a exploração e à eliminação destes grupos. Numa concepção rasa de desenvolvimento, a ser aqui tratada, o modo de analisar as dinâmicas destes grupos não atribui valor moral ou consideração equitativa às suas demandas. Deste modo, o meio de solucionar os ‘conflitos’ socioambientais resume-se a uma adequação do ‘meio-ambiente’ ou da ‘socio natureza’ ao modelo socioeconômico hegemônico.

A proposta deste estudo vincula as noções atualmente discutíveis do que é representado pelo termo ‘desenvolvimento sustentável’ e as práticas socioeconômicas vigentes em nossa sociedade. O que se pretende é levantar um questionamento acerca de algumas noções de desenvolvimento como versões que flertam com o ideal da sustentabilidade, mas que se implementam nos moldes hegemônicos da economia global. Questiona-se inicialmente: o que se entende por desenvolvimento? Será o desenvolvimento entendido como afloramento das capacidades humanas de autonomia ou será a expansão da produtividade econômica? Há possibilidade de apartar estas duas instâncias?

Os indicadores do desenvolvimento humano e social (IDH e IDS) demonstram a necessidade urgente de articulação entre os aspectos sociais do desenvolvimento e os aspectos econômicos. Desta forma, se poderia inferir sucintamente que o modelo de desenvolvimento que se almeja é aquele que promove o bem-estar dos indivíduos, a educação, o combate à pobreza, entre outros, paralelamente ao crescimento da produção econômica. Há, contudo, neste último aspecto, um ponto crítico que deflagra a ausência de preocupação com o meio ambiente, excluindo este pilar essencial da ampla noção de desenvolvimento que se promove.

OS PILARES DA NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Inseriu-se na arena ambiental nas três últimas décadas o aspecto central do desenvolvimento socioambiental e sua relevância para a compreensão daquilo que, de fato, nutre toda a produção e oferta de condições de vida plenas. A ideia que origina o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ surge no contexto da Primeira Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, Suécia, em 1972, porém somente terá visibilidade a partir do Relatório de Brundtland, em 1987.

O conceito sugeria uma concepção de desenvolvimento econômico que considerasse no escopo de suas metas, a real preocupação com as futuras gerações, com o planeta e suas capacidades de absorção dos impactos e equilíbrio ecológico.

Na perspectiva de Michael Jacobs (1999), a ideia do desenvolvimento sustentável constituiu-se como um conceito em disputa, ora sendo utilizado para designar o caráter preservacionista do movimento ambientalista, ora voltado para o discurso empresarial centrado na economia. O meio ambiente, neste aspecto, é tomado como elemento menor na lógica engendrada pela economia, o que expressa uma versão fraca da sustentabilidade (*weak sustainability*):

[...] The weak version of sustainable development adopts the less stringent idea of environmental conservation, i.e. a commitment where possible to protecting environmental resources and amenities. It is accepted that the environment is important and should where possible be protected, but the idea that economic activity should be confined within predetermined 'environmental limits' is rejected. In this interpretation, environment-economy integration means balancing or trading off the benefits of economic growth against those of environmental protection. (JACOBS, 1999)

Compreende-se, com isto, que a noção (fraca) de desenvolvimento sustentável não se atém às exigências de uma atividade econômica moderada frente aos indicativos do aquecimento global e da proliferação dos riscos da produção em larga escala. A economia molda-se junto à lógica da eficiência produtiva e do manejo ambiental ou manejo tecnológico dos riscos ambientais. Atribui-se, assim, um valor instrumental à 'natureza' e a tudo aquilo que dela se extrai. Os 'comódites' ou bens rentáveis são os únicos interesses de uma concepção de desenvolvimento neoliberal que deturpa a concepção idealizada de 'sustentabilidade'. Trata-se assim, de defender um modelo de sustentabilidade forte, isto é, que não se alinhe de modo estreito aos preceitos desenvolvimentistas da economia liberal, mas que considere a natureza a partir de sua complexidade e de um valor intrínseco.

Segundo Enrique Leff, "Não existe um instrumento econômico, ecológico ou tecnológico capaz de calcular o 'valor real' da natureza na economia" (LEFF, 2008). Desta forma, pode-se inferir que o modo heterogêneo com que se caracterizam as dinâmicas da natureza e da sociedade pressupõe um conjunto de valores oriundos das percepções de indivíduos ou grupos que estão fora da equação. Não há uma fórmula objetiva, portanto, para mensurar os custos socioambientais das atividades econômicas e um cálculo aproximado destes custos deixa de fora aspectos fundamentais da complexidade socioambiental.

Neste aspecto, os conflitos que se originam entre os diversos atores sociais que se enfrentam nesta arena refletem diretamente o *modus operandis* do setor econômico em sua dimensão hegemônica. As vozes que clamam pelos interesses dos grupos vulnerabilizados em processos de exploração e usurpação de direitos fundamentais são frequentemente silenciadas. Há uma tentativa de 'conciliação' entre interesses distintos ou 'acordos' que funcionam como formas de negociação dos custos ambientais. Como 'custos ambientais' compreende-se tanto a exploração de recursos outrora preservados, a propagação da poluição e dos resíduos (lixo), bem como a expropriação de grupos tradicionais, étnicos, enraizados em seus espaços socioculturais, das áreas tomadas como 'improdutivas' aos olhos do setor industrial.

A arena socioambiental que se está tratando aqui constitui-se, portanto, como um espaço de tensões em que se constrói a realidade social. Não se trata, assim, de pensar a 'natureza' enquanto instância que sustenta a vida, ainda apartada das questões sociais e, sim, de um

elemento espacial e material que permeia todas as tensões e conflitos que se dão no contexto sociopolítico e econômico. O valor da natureza, como parte destas reflexões, é tampouco um valor instrumental. O uso que se faz da natureza pode, assim, ser tomado a partir da perspectiva das relações que os indivíduos estabelecem com esta e não apenas das relações de produção (industrial). O significado, portanto, da natureza, é variável conforme a relação travada com a mesma e a pluralidade destas relações é o que devemos nos atentar ao condicionarmos uma concepção de desenvolvimento socioambiental aos parâmetros político-econômicos.

Para ilustrar a pluralidade de relações possíveis com a natureza, resgato a fala de Ailton Krenak na obra “Ideias para adiar o fim do mundo”:

“Tem uma montanha rochosa na região onde o rio Doce foi atingido pela lama da mineração. A Aldeia Krenak fica na margem esquerda do rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. [...] por que essas narrativas não nos entusiasmam? Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente?” (KRENAK, 2019)

A fala de Krenak nos remete imediatamente à concepção de valor atribuído às práticas de povos tradicionais *versus* as práticas de exploração que impõem um modelo civilizatório. Tomando esta perspectiva, notamos que o modo de vida e a concepção de desenvolvimento reivindicada pelos povos tradicionais não se alinha aos interesses do capital neoliberal, mas resvalam num profundo afastamento entre os interesses desses grupos, a destacar, colocados em posição de vulnerabilidade, e os interesses das agendas econômicas. Numa concepção desenvolvimentista técnica, que desconsidera as relações supracitadas, são mencionadas pautas e políticas reparatórias para os prejuízos causados aos grupos vulneráveis. Cabe questionar, neste sentido, em que medida (ou se) é possível reparar danos que afetam as estruturas vitais e elementos (ou entidades) que são inerentes ao modo de vida destes povos?

De acordo com a pesquisadora Andrea Zhouri, temos hoje um “ambientalismo de resultados” que se pauta na concepção de que o conhecimento técnico/tecnológico é capaz de reparar os danos ambientais, bem como solucionar os conflitos sociais em torno da questão ambiental. Neste sentido, os “problemas ambientais e sociais são entendidos como meros problemas técnicos e administrativos, passíveis, portanto, de medidas mitigadoras e compensatórias”. (ZHOURI, 2005) As tentativas de ‘consenso’ entre os atores sociais que se inserem nestas dinâmicas conflitivas tomam como base, portanto, esta visão ‘pacificadora’ das tensões em que são ofertadas reparações técnicas para questões que envolvem toda a complexidade ambiental.

Neste processo de busca por ‘resultados’, Zhouri menciona também a “despolitização do discurso ambiental” na medida em que é apropriado pelos grupos dominantes, que fazem deste um mero slogan para a promoção de seus interesses. Neste sentido, o discurso do ‘desenvolvimento sustentável’ pode ter acedido aos interesses dos setores hegemônicos da economia sendo ressignificado nos moldes da ideologia dominante, isto é, comprometendo-se primeiro com o ‘crescimento econômico’ e segundo com as pautas socioambientais.

O “ambientalismo de resultados” trata os conflitos socioambientais como questões externas (“externalidades”) ao meio ambiente, nos indicando uma compreensão do termo ‘ambiente’ como aquilo que se coloca em torno da sociedade e apartado da realidade social. Meio ambiente ou ‘natureza’ são tomados, assim, como instâncias externas ao ser humano. Ainda numa con-

cepção bastante mecanicista da natureza, o conhecimento sobre esta se estrutura a partir de uma visão tecnicista fragmentada numa especificidade de áreas do saber que, uma vez isoladas de uma dimensão sociopolítica, não dialogam com as pautas sociais. Desta forma, compreende-se que o projeto do ‘desenvolvimento’, manejo ou gestão ambiental que frequentemente se impõe como pauta ambiental, mascara toda a dimensão socioambiental sob a égide do tecnicismo e das promessas de reparação tecnológica dos prejuízos ao ambiente. Este projeto não menciona, assim, quais são os custos reais do desenvolvimento ou aquilo que ‘não é sustentável’ neste processo; aquilo que não se pode dirimir ou mitigar através de quaisquer medidas.

As relações que povos tradicionais têm com o meio ambiente, com o espaço sociocultural em que se enraízam não podem ser mensuradas. Suas identidades entrelaçam-se aos seus espaços compreendidos não somente como espaço territorial, mas como ambientes que permeiam suas culturas, tradições e práticas. Não apenas povos tradicionais ou populações ribeirinhas dependem da preservação de seus locais de vida, (e isto é um indicativo de defesa de seus direitos fundamentais), mas também animais não-humanos são fortemente impactados pelos efeitos da exploração de recursos e muitas vezes levados à extinção.

Os processos produtivos industriais que se expandem nos países em desenvolvimento ou pobres são marcados pela exploração de territórios que se alastram e cujos efeitos não são distribuídos de forma igualitária entre a população de tais países. Não é difícil identificar que as parcelas mais pobres da população no Brasil são também as mais vulneráveis à exploração e à privação de direitos. É possível chamar atenção, portanto, à questão da justiça ambiental como aspecto central da ecologia política, uma vez que procura denunciar as imposições que alguns grupos sofrem em meio aos conflitos ambientais e, sobretudo, construir um novo olhar para as relações entre os indivíduos e a natureza.

O AMBIENTALISMO DOS POBRES: A JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Na esteira de uma visão acerca da justiça para com o meio ambiente e para com as populações vulneráveis, os movimentos ambientalistas em países pobres se constituem pela reunião das vozes daqueles que sofrem diretamente os efeitos deste modelo desenvolvimentista e dos que levantam suas bandeiras. Segundo o professor Henri Acselrad, “os mais despossuídos são aqueles que carregam o fardo ambiental” (ACSELRAD, 2013). Isto se expressa de tal forma dentro do modelo capitalista que parece não haver saída. Em referência ao conceito utilizado por Isabelle Stengers, Henri Acselrad nos fala: “O capitalismo mostra-se hoje como um sistema que paralisa e captura os atores sociais no interior de ‘alternativas infernais’”.

Segundo esta concepção, o ônus de todo o processo de ‘desenvolvimento socioeconômico’ recai sobre os indivíduos mais pobres, membros de grupos étnicos e raciais colocados à margem dos projetos de desenvolvimento urbano ou do assim chamado ‘desenvolvimento sustentável’. Como vimos, esta nomenclatura apenas serve como alternativa para mascarar projetos desenvolvimentistas excludentes, pautados numa concepção fraca do que possa conferir significado à ‘sustentabilidade’. A ideologia hegemônica do capitalismo impede, portanto, que os indivíduos vulnerabilizados possam escolher seus projetos de vida e os aprisionam em regimes de trabalho e de condições de vida degradantes.

As injustiças socioambientais apresentam-se não apenas no modo hegemônico de dire-

cionar os riscos e custos do desenvolvimento econômico aos povos vulneráveis, mas também em não reconhecer suas práticas culturais/tradicionais como legítimas. Lhes são, portanto, duplamente negadas suas demandas pela preservação dos espaços socioambientais diante de sua impossibilidade de negociação frente ao capital dominante e diante do não legitimação/aceitação de suas práticas como práticas que, de fato, produzem condições sustentáveis de vida. Diante disto, observamos o aumento da participação local de agentes e ativistas das próprias comunidades postas em risco numa organização de movimentos ambientalistas locais que sejam protagonistas de suas lutas e da defesa de seus direitos fundamentais.

Importa ainda, neste contexto, chamar atenção para as pautas identitárias na medida em que há a necessidade de afirmação da existência e da resistência de grupos oprimidos cujas práticas, como já foi dito, não são reconhecidas no âmbito do sistema de produção capitalista. Segundo Henrique Leff, há hoje a urgência de afirmação do próprio direito de existir destes povos:

A degradação ambiental está expressando os limites de uma racionalidade homogeneizante que exclui o valor da diversidade cultural, que hoje se expressa na afirmação das identidades dos povos e na reivindicação dos seus direitos de ser: direitos a existir, a reafirmar uma cultura, a reapropriar-se de um patrimônio natural, a forjar-se um desenvolvimento sustentável. Essas reivindicações ecológicas e políticas se expressam nas demandas de dignidade e justiça que hoje mobilizam os povos índios do continente e do mundo inteiro por suas autonomias e seus territórios. (LEFF, 2008)

As lutas engendradas pelos movimentos ambientalistas locais fomentam a diversidade e a pluralidade de modos de vida, de existências, de fazer produtivo que caminham em sentido oposto àquele do 'crescimento econômico' e permitem que os diversos povos, em suas diversidades culturais e identitárias promovam outra forma de relacionar-se com a natureza. Não se trata, contudo, de uma visão romantizada da ecologia, mas de um olhar sobre práticas seculares que permeiam as tradições de alguns povos e que nos indicam um caminho para o desenvolvimento humano, social e ambiental.

A defesa de uma perspectiva de justiça socioambiental engloba, assim, não apenas ações e políticas preservacionistas do meio ambiente, mas sobretudo o reconhecimento, a legitimação e o respeito às práticas, às identidades e aos modos de vida de grupos étnico-raciais tradicionais. Os direitos coletivos podem ser também clamados para compor a defesa dessas identidades.

Cabe lembrar, neste aspecto, o retrocesso em termos de direitos adquiridos representado pelo Projeto de Lei 490/07, recentemente aprovado na Câmara de deputados em Brasília. O PL prevê um marco temporal (1988) para a demarcação de Terras Indígenas no Brasil, impedindo que os povos indígenas tenham acesso às suas terras, as quais têm sido alvo de disputa entre garimpeiros e madeireiros. Com este exemplo significativo da política brasileira na atualidade, adicionamos um tom de denúncia acerca da usurpação de direitos de povos e grupos vulnerabilizados em meio aos conflitos aqui expostos. Observamos, com este exemplo, como as organizações que detêm os meios de produção econômica procuram anular direitos através de políticas de exclusão de indivíduos e de grupos. Este exemplo contém também a imagem da disputa entre os modelos de desenvolvimento aqui mencionada. No âmbito do capitalismo, o desenvolvimento que se engendra não se coaduna aos direitos dos povos ou à justiça ambiental, mas restringe-se à produção industrial-econômica em busca da maximização deste poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma concepção de justiça socioambiental é, portanto, divergente daquela forjada pelo modelo capitalista. Buscamos aqui trazer à tona elementos éticos que permeiam nosso olhar sobre o ambientalismo e sobre as questões oriundas dos conflitos socioambientais. É notável que os movimentos ambientalistas que surgem em todo o planeta promovam não somente uma relação mais amigável com a terra e novas formas de produção e consumo, mas também é imprescindível que o ambientalismo esteja revestido de uma ideia de desenvolvimento dos povos, isto é, de seu florescimento enquanto agentes potencializadores de mudanças socioambientais. Com mudanças, não pensamos em transformações danosas ao espaço socioambiental, mas em transformações nas práticas de produção necessárias à manutenção da natureza e dos povos que nela habitam.

Com este estudo objetivamos abordar e refletir sobre alguns dos modelos e conceitos pertinentes à noção de desenvolvimento socioambiental sustentável, perpassando às noções de “ambientalismo de resultados” e de um “ambientalismo dos pobres”, ainda em construção. A partir de uma crítica à concepção de ‘desenvolvimento sustentável’ frequentemente apropriada pelos discursos hegemônicos, foi possível traçar caminhos para a visão de desenvolvimento que se almeja.

Enfatizamos em nossa proposta de pensar a concepção de desenvolvimento socioambiental a relevância das vozes oprimidas pelas disputas por poder, que tanto outrora como hoje vêm reafirmando suas identidades em busca do reconhecimento de suas práticas e modos de vida. É imprescindível, portanto, que uma concepção ética ambiental abarque as demandas e as lutas sociais destes povos como movimentos legítimos das inter-relações entre indivíduo, sociedade e natureza, apontando para uma dimensão plural e diversa da sustentabilidade global.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. (Org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, H. Desigualdade Ambiental, Economia e Política. In: Astrolabio, número 11, 2013.
- FLORIT, Luciano. Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 36, p. 255-271, abr. 2016.
- JACOBS, Michael. Sustainable Development as a Contested Concept. In: Fairness and Futurity: essays on environmental sustainability and social justice. Ed. Andrew Dobson. Oxford University Press. Oxford: 1999.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução: Lúcia Mathilde Orth. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. E PEREIRA, D. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. e PEREIRA, D. (orgs). A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e Conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



**As disputas pelo poder na província
de Mato Grosso, no contexto da
independência política brasileira**

**Power struggles in the province
of Mato Grosso in the context of
Brazilian political independence**

Maria do Socorro Castro Soares

DOI: 10.47573/ayd.5379.2.194.2

RESUMO

Esse estudo é o resultado de uma pesquisa que buscou conhecer e discorrer sobre os embates ocorridos na província de Mato Grosso, voltados à obtenção de poderes políticos no período de 1822-1831. Procura-se tornar visíveis as táticas e enfrentamentos articulados pelas elites locais, que culminaram na dualidade de governos na província, fomentando uma territorialização do poder entre os dois principais núcleos urbanos da província, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá. A partir da configuração dessa dualidade, é possível traduzir as artimanhas encarnadas por elementos institucionais ou não, imbricadas nas relações conflitantes do poder. Poder cobiçado pelos dirigentes e representantes da elite mato-grossense, consubstanciado na formação de Juntas Governativas na primeira metade dos oitocentos. À medida que a pesquisa avança é possível inferir que a origem desses enfrentamentos remonta à criação da Capitania de Mato Grosso e ao estabelecimento de sua capital no Vale do Guaporé, em detrimento de Cuiabá, já instituída como Vila Real desde 1727.

Palavras-chave: Mato Grosso. poder. junta governativa.

INTRODUÇÃO

Este estudo toma como objeto de estudo as disputas políticas na Província de Mato Grosso no processo de consolidação e estabelecimento do Primeiro Império brasileiro. Tem como objetivo investigar os emaranhados políticos que permearam o cotidiano dos habitantes da Província de Mato Grosso, enquanto espacialidade de disputa entre dois núcleos urbanos, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá.

Justifica-se pela necessidade dar visibilidade às táticas e estratégias de enfrentamentos, articuladas por elites locais, que culminaram na dualidade de governo, colocando em lados opostos Vila Bela da Santíssima Trindade (capital legal) e Cuiabá (cidade pioneira da então capitania).

Metodologicamente, as fontes de aporte foram fundamentadas na pesquisa bibliográfica e documental. Quanto ao recorte cronológico, em que pese o objeto situar-se no Primeiro Império (1822-1831), em determinados momentos a pesquisa recua, possibilitando percorrer os caminhos trilhados pelos súditos da Coroa portuguesa, em terras que se constituem a partir de 1748 na Capitania de Mato Grosso.

CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO IMPÉRIO BRASILEIRO

A organização política e administrativa do Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, é assinalada por profundas mudanças. A transferência da corte de Bragança, a elevação institucional do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves e a coroação de D. João VI, fundamentam a nova ordem a ser estabelecida em terras da América portuguesa.

O Brasil se oferecia como berço que possibilitaria um renascimento do Estado português, não fossem as Cortes portuguesas desfraldarem a bandeira constitucionalista, tendo como pano de fundo o movimento “*vintista*”¹, que ditou as bases para a Revolução do Porto, em 1820,

¹ Movimento de caráter burguês, de ideologia liberal que deu início à revolução do Porto, em 1820. Visava o fim do absolutismo através de uma constituição democrática, propondo uma aliança do rei com as representatividades sociais das Cortes.

terminando por impor a presença real em Portugal.

Nesse contexto, coube a D. Pedro I, Príncipe Regente, a responsabilidade de permanecer no Brasil e evitar a fragmentação das províncias através da imposição de uma autoridade central, medida que vai se fortalecendo à medida que as Cortes de Lisboa exigem também o seu retorno a Portugal.

Esse retorno representaria o rebaixamento do Brasil à condição de colônia de Portugal, hipótese contestada pela elite política e social brasileira, que a partir de então passa a fazer frente ao processo de emancipação política do Brasil, culminando com a coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, em primeiro de dezembro de 1822.

Em que pese o apoio dado pelas elites na construção da independência brasileira, o processo emancipatório não foi pacífico, revoltas contra a independência se manifestaram em várias províncias ocupadas por tropas portuguesas, que permaneciam fiéis às Cortes de Lisboa, com especificidade Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina, que só foram derrotadas em julho de 1823. (VAINFAS, 2010)

Paralelo aos conflitos desencadeados, forças políticas se digladiavam na elaboração de uma Carta Constitucional. Nesse cenário dois grupos buscavam a primazia do poder, de um lado o chamado Partido Brasileiro, que tinha como proposta uma monarquia constitucional em que o Imperador deveria se submeter às leis; de outro, o Partido Português defendendo a centralização e o fortalecimento do poder do Imperador.

Em abril de 1823 tem início a história legislativa do Brasil independente, em atendimento às Instruções de 19 de junho de 1822.² No dia três de maio de 1823 foi instalada a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, com a presença de D. Pedro I. Através da fala do Imperador já é possível antever futuras dissensões entre trono, constituição e constituintes, como sugere fragmento de seu discurso:

[...] defenderei a pátria, a nação e a constituição, se forem dignas do Brasil e de mim [...] espero que a constituição que façais, mereça a minha imperial aceitação, seja tão sábia, e tão justa quanto apropriada à localidade e civilização do povo brasileiro; igualmente que haja de ser louvada por todas as nações que até os nossos inimigos venham a imitar a santidade e sabedoria de seus. (MIRO NETO, 2003)

Entre os constituintes o reflexo dessa fala gera alguns debates, através dos quais é possível perceber um esboço de várias tendências divergentes entre portugueses e brasileiros e, entre estes, uma corrente liderada por Joaquim Gonçalves Ledo, que defendia a limitação dos poderes imperiais e outra, liderada por José Bonifácio de Andrada e Silva, que defendia a limitação do Parlamento.

Acalorados debates ganham espaço no Plenário. Falas que vão da exclusão da cidadania brasileira dada a portugueses (contrários à independência do Brasil) até à matéria que pede liberdade de imprensa, entre outras, vão ser a tônica das discussões que colocarão em campos opostos parlamentares e imperador. No rastro desses antagonismos, a Tropa, em sua maioria composta por portugueses, assume a “defesa” dos interesses imperiais.

Protestos aos atos imperiais vão se fazendo conhecer através da criação de alguns elementos que propiciam a contestação, como os jornais *O Tamoio* e *o Sentinela da Liberdade*

² Primeira lei eleitoral elaborada no Brasil. Regulamentava a escolha de uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa.

à *Beira mar da Praia Grande*³. Este, em matéria assinada sob o pseudônimo de “*brasileiro resolut*”, denuncia o espancamento feito por dois oficiais do Exército brasileiro, ao boticário David Pamplona Côrte-Real, ocorrido em cinco de novembro de 1823, como suposto autor de matérias contestatórias publicadas.

A resposta da Assembleia à agressão do boticário acirrou os ânimos parlamentares, como demonstra a fala do Deputado Constituinte Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, em sessão realizada em 10 de novembro de 1823:

[...] quando se perde a dignidade, desaparece também a nacionalidade. Não, não somos nada, se estúpidos vemos, sem os remediar, os ultrajes que fazem ao nobre povo do Brasil, estrangeiros que adotamos nacionais, e que assalariamos para nos cobrirem de baldões[...] os cabelos se me eriçam, o sangue ferve-me em borbotões, à vista do infando atentado, e quase maquinalmente grito: vingança! [...] poderei ser assassinado: não é novo que os defensores do povo sejam vítimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará vingança, e eu passarei à posteridade como o vingador da dignidade do Brasil. E que mais poderá desejar ainda o mais ambicioso dos homens? (Apud CASSIMIRO NETO, 2003)

É ainda o mesmo Deputado Machado e Silva, que em sessão do dia onze de novembro de 1823 faz a seguinte proposta:

Senhor Presidente [...] o dia de ontem foi um dia muito notável; as tropas estiveram em armas toda a noite, e correndo a cidade a puseram em geral inquietação; os cidadãos pacíficos não dormiram, e propagando-se vozes de se atacarem alguns deputados, foi preciso tomar cautela e velar em defesa própria. Sua Majestade acha-se atualmente no seu palácio rodeado de corpos, até dos de artilharia, o que indica haver causa que, suposto a não conheçamos, deve ser da mais alta consideração. E como nós somos responsáveis à nação, proponho que esta assembleia se declare em sessão permanente, e que se destine uma deputação para pedir a Sua Majestade [...] se nos transmitam os motivos de tão extraordinários movimentos nas tropas, e o que obriga a que os corpos estejam com cartuchos embalados como prontos para ataque, quando não aparece razão para isto [...]. (Apud CASSIMIRO NETO, 2003)

Os protestos e a resistência de alguns deputados constituintes, que vislumbravam uma Carta Constitucional que limitasse o poder imperial, de nada valeram. Para os interesses imperiais a “Noite da Agonia”⁴ toma feições de afronta e, através de Decreto, assinado pelo Imperador D. Pedro I, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa é dissolvida, em doze de novembro de 1823. O Decreto é lido ao plenário, grafado nos termos seguintes:

[...] havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, por Decreto de três de junho do ano próximo passado; a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes; e havendo esta Assembleia perjurado ao tão solene juramento que prestou à nação de defender a integridade do Império, sua independência, e a minha dinastia; hei por bem, como Imperador e defensor perpétuo do Brasil, dissolver a mesma Assembleia, e convocar já uma outra na forma das instruções feitas para convocação desta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projeto de constituição que eu lhe hei de em breve apresentar; que será duplicadamente mais liberal do que a extinta Assembleia acabou de fazer. Os meus ministros e secretários de Estado de todas as diferentes repartições o tenham assim entendido, e façam executar a bem da salvação do Império. Paço, 12 de novembro de 1823, segundo da independência e do Império. (CASSIMIRO NETO, 2010)

As divergências de interesses, a falta de experiências nos embates parlamentares, a tentativa de limitação nas áreas de atuação de poderes e, principalmente, a simpatia pelo absolutismo arraigada na dinastia de Bragança, se colocaram como elementos que entremearam o

³ *Jornais opositores ao Império*

⁴ *Noite de onze de novembro de 1823, em que os constituintes se declararam em sessão permanente, exigindo do poder imperial justificativa da movimentação das tropas militares na cidade do Rio de Janeiro.*

processo que culminou com a dissolução da primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa brasileira. Como consequência, a nação brasileira recebeu uma Constituição imposta pelo Imperador D. Pedro I, em março de 1824, acrescida de um quarto poder: o Moderador.

Tem-se, portanto, através da Carta Constitucional de 1824, os elementos norteadores no estabelecimento organizacional da sociedade brasileira no século XIX:

[...] uma monarquia constitucional na qual os cidadãos estavam organizados de forma altamente hierarquizada. Esse mecanismo tornou viável a legalização e a proteção da escravidão na condição de principal mecanismo de organização social no Brasil por parte do governo imperial. (GOUVÊA, 2008)

Compreende-se que a emancipação política do Brasil não passou pelo crivo do consenso entre os grupos políticos. Com algumas exceções, o ponto de união entre eles esteve fundamentado na busca de salvaguardar a economia agroexportadora e a manutenção da mão de obra escrava.

A unidade territorial centrada no governo que partia do Rio de Janeiro, na figura do Imperador, se fazia sentir na construção do Império brasileiro. A dissolução da Assembleia Constituinte somada à falta de autonomia política das províncias, provoca um grande desconforto aos grupos políticos locais, proporcionando arranjos e alianças que davam rumos aos interesses das elites regionais.

MATO GROSSO E AS DISPUTAS POLÍTICAS NO PRIMEIRO IMPÉRIO

Os reflexos políticos ecoam na província de Mato Grosso, a partir do momento em que interesses, também divergentes, são buscados pelos grupos políticos aí representados. Nessa perspectiva, importa recuar cronologicamente e buscar ainda nos idos coloniais a compreensão do processo de formação desses “blocos”. Ou seja, percorrer os meandros políticos que vão dando contornos ao aparecimento de uma elite econômica e política local.

Compreender a elite política dos dois termos político-administrativos (Cuiabá e Vila Bela) requer retroceder a períodos cronológicos mais longínquos da província e conhecer a formação das elites que constituíam as forças de lideranças, que deram encaminhamento ao processo político desenvolvido na província de Mato grosso.

O povoamento da província em estudo teve como primeiro aglomerado urbano o Arraial denominado Forquilha (1719), em 1827 é elevado à condição de Vila, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e, em 1818 elevada à categoria de cidade, com o nome de Cuiabá.

Em relação às minas do Mato Grosso, à época da fundação da capitania, em 1752, recebeu a denominação de Vila Bela da Santíssima Trindade, constituindo-se na primeira capital da então capitania de Mato Grosso. Sofreu uma mudança toponímica para Mato Grosso em 1818, por ocasião de sua elevação à categoria de cidade. Através da Lei estadual nº 4014, de novembro de 1978 voltou à denominação de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Embora fazendo parte da mesma capitania, esses dois núcleos urbanos constituíram-se em repartições e interesses políticos distintos, que buscaram através de variadas estratégias a ampliação ou manutenção de poderes. Isso terminou gerando um embate de forças, sedimenta-

do ainda na criação da vila-capital, em preterimento a Cuiabá, núcleo urbano já constituído.

Internamente, a polarização entre as “minas do Cuiabá” e as minas do “Mato Grosso” já se fazia sentir desde a criação da capitania, ainda nos idos coloniais.

A unidade da província de Mato Grosso deveria ter sido firmada desde a época de Rolim de Moura, entretanto,

[...] ser cuiabano (ou no vocábulo do Antigo Regime, ser da “nobreza” ou dos “povos” do Cuiabá) no século XVIII implicava em não ser do Mato Grosso, pois não havia um referente identitário comum a toda a capitania. Naquele quadrante do Império luso eram as duas vilas (cujos termos coincidiam com os distritos) as bases do acúmulo de experiência política. A denominação dual (capitania do Cuiabá e Mato Grosso) expressava uma cisão com profundas raízes na experiência dos colonos do Extremo Oeste e dos administradores que com eles se relacionavam. (LIMA, 2012)

As rivalidades ufanistas tornam-se mais visíveis a partir do início do século XIX, tomando aqui como ponto de partida o governo do penúltimo Capitão-General, João Carlos O’eynhausen Gravenburg, por tratar-se de referencial comparativo com Francisco de Paula Magessi Tavares, último Capitão-General da capitania. Esse referencial permite perceber um sentimento de supremacia nutrido pelo grupo político de Cuiabá em detrimento do grupo político de Vila Bela, sentimento esse que deu vazão a uma série de mudanças político-administrativas, que acompanharam o contexto político nacional naquele momento.

Quando à época da criação da capitania, a população cuiabana viu na emancipação proporcionada pelo Alvará de 9 de maio de 1748,⁵ “*novos horizontes que deveriam alvoroçar as aspirações sertanejas*” (CORREA FILHO, 1996), contudo, as Instruções trazidas pelo Capitão-General, Antonio Rolin de Moura, frustraram os sonhos cuiabanos de sediar a nova capitania, considerando as recomendações reais feitas:

§ 1º Suposto entre os distritos de que se compõe aquela Capitania geral, seja o de Cuiabá o que ache mais povoado, contudo atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância, por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do governo se pusesse no mesmo distrito Mato Grosso; no qual a vossa mais costumada residência. (Apud MENDONÇA, 1982)

Convém aqui esclarecer que, segundo Joseph Barbosa de Sá, já em 1731 se teve notícias dos sertões do Mato Grosso:

[...] chegaram a esta vila (Cuiabá) vindos do dito sertão o licenciado Paz de Barros, seu irmão Artur Paz, seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro, todos naturais da vila de Sorocaba e apresentaram um cruzado de ouro de amostra das minas de Mato Grosso, lavado com um prato de estanho no lugar aonde se acha hoje a capela de Santana. (SÁ, 1995)

O distrito de Mato Grosso, no vale do Guaporé, surge assim pontilhado pela sequência de achados auríferos que proporcionaram pequenos aglomerados humanos formando os arraiais de São Francisco, Santana, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Brumado, Ouro Fino, Boa Vista e Lavrinhas (SÁ, 1995). Segundo Leverger, foi o conjunto desses achados que proporcionou, em 1737, a extração de 80 arrobas de ouro no sertão mato-grossense. (LEVERGER, 2001)

Em relação à escolha do local para sediar a capital da nova capitania, percebe-se já nos escritos de Barbosa de Sá uma insatisfação pelo preterimento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em detrimento da nova sede administrativa que se estava tentando erigir, em 1752:

⁵ Alvará de criação da capitania de Mato Grosso.

“[...] foi neste ano fundada a Vila Bela de Mato Grosso pelo General e Juiz de Fora, levantando-se Pelourinho, erigindo-se Senado de Câmara e Oficiais de Justiça; em um charco moradia de jacarés e capivaras [...]”. (SÀ, 1985)

Para Leverger, a escolha do local pelo Capitão-General tem outro prisma:

A 14 de janeiro (1752) tomou Rolim de Moura o lugar de Pouso alegre onde resolvera como lhe fora determinado [...] colocar a nova vila por achar nele muita conveniência, como ser clima menos doentio que o dos arraiais; estar quase na margem do Guaporé e sobranceiro à alagação produzida pelo transbordamento do rio; ser defensável; ter campos com pastos para os animais dos moradores; capões abundantes de lenha e mesmo de madeiras; ter na sua proximidade grandes matas onde se podem fazer estabelecimento de lavouras [...]. (LEVERGER, 2001)

Nas justificativas de Rolim de Moura, o lugar escolhido atenderia as necessidades imediatas dos moradores, como também atenderia o objetivo principal da Coroa portuguesa, ou seja, a condição de ser “defensável”.

Às justificativas do Capitão-General, Maria de Loudes Bandeira reage afirmando que:

Todos esses argumentos, porém, soam insuficientes para apagar a forte impressão de que a escolha do sítio obedeceu principalmente à decisão arrogante de Rolim de Moura, um nobre recém-chegado da Metrópole, considerando-se em condições de avaliar problemas ambientais que desconhecia. (BANDEIRA, 1988)

Seguindo em suas análises a autora enfatiza que *“[...] a construção de Vila Bela é um documento da insolência, soberba e teimosia características do colonialismo.”* (BANDEIRA, 1988)

Correa Filho referindo-se ao Alvará que determinava a criação da capitania de Mato Grosso assevera:

A emancipação que lhe outorgara a Alvará de 9 de maio de 1748, descerrava as aspirações sertanejas. Entretanto, Cuiabá via nesse lance escapar-lhe o primado adquirido. Não lhe seria de modo favorável a presença do governador, cuja preferência, sem dúvida, escolheria aquele oásis acolhedor, que se abria, como flor de civilização, no seio dos sertões brutos. (CORREA FILHO, 1996)

Dessa forma Correa Filho coloca Cuiabá como o foco de “civilização” nos sertões brutos da capitania, portanto, espaço detentor da primazia de sediá-la e, se não fossem as determinações da Coroa lusa, sem dúvida, o Capitão-General escolheria Cuiabá que, segundo ele, era o local que reunia condições para dispor de status de capital. Como “flor de civilização” seria capaz de civilizar os desprovidos dessa qualidade: os “incivilizados” das minas de Mato Grosso.

As críticas em relação à implantação da capital, incrustada na parte mais ocidental do sertão de mato-grossense, permeiam boa parte da historiografia regional, como se de forma implícita se guardasse uma ponta de ressentimento pelo fato da escolha do local.

As rivalidades ufanistas tornam-se mais visíveis a partir do início do século XIX, tomando aqui como ponto de partida o governo do penúltimo Capitão-General, João Carlos O’eynhausen Gravemburg, por tratar-se de referencial comparativo com Francisco de Paula Magessi Tavares, último Capitão-General da capitania. Esse referencial permite perceber um sentimento de supremacia nutrido pelo grupo político de Cuiabá em detrimento do grupo político de Vila Bela, sentimento esse que deu vazão a uma série de mudanças político-administrativas, que acompanharam o contexto político nacional naquele momento.

Embora o arrefecimento aurífero já se fizesse sentir de forma bem acentuada, provocando sérias dificuldades financeiras, já é possível perceber a presença de uma elite local que permite a Cuiabá uma posição política privilegiada, em relação ao restante da capitania:

Apesar da precariedade econômica da região, os proprietários dos grandes latifúndios, também militares e burocratas, além de comerciantes, conseguiam um enriquecimento individual que os situava acima do conjunto da população [...]. (VOLPATO, 1987)

Apreende-se que proprietários rurais, comerciantes, burocratas e militares é que foram dando corpo à chamada elite cuiabana e, como tal, agenciadores da dinâmica por que vai passar a capitania nas primeiras décadas dos oitocentos. Em relação a essa multiplicidade de atividades, Maria Ademir Peraro nos lembra que:

[...] essa era uma situação comum dos grandes proprietários, que tinham na diversificação das atividades uma possível alternativa para a crise econômica advinda da mineração. Ela pontua, portanto, a imbricação de papéis reservados aos destacamentos militares como mantenedores da segurança nas fronteiras e agentes fixadores do povoamento. (PERARO, 2001)

Segundo Carlos Alberto Rosa (ROSA, 1976), a elite cuiabana pode ser exemplificada a partir de nomes como: Jerônimo Joaquim Nunes (Tenente-Coronel de artilharia de linha; comandante da Legião de Milícias; Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e proprietário de imóveis rurais e urbanos); André Gaudie Ley (sargento-Mor das Milícias; Tesoureiro Geral das rendas Reais; Cavaleiro da Ordem de Cristo e proprietário de imóveis urbanos); Antonio Navarros de Abreu (Tenente-Coronel de Milícias e abastado comerciante); João Poupino Caldas (Comerciante de grande prestígio; Tenente-Coronel de Milícias e proprietário de imóveis e Cuiabá); Padre José da Silva Guimarães (Comissário Subdelegado da Bula da Santa Cruzada e homem de extensa cultura); Antonio Correa da Costa (proprietário de bens rurais em Chapada dos Guimarães e Tesoureiro Geral da Provedoria dos Ausentes). Em Vila Bela, a situação não era diferente. Segundo Nauk Maria de Jesus, o grupo participante da política local atuava em diferentes esferas da administração civil, do universo militar, mercantil e/ou agrário:

Em Vila Bela, no período de 1752 a 1808, localizamos 79 homens da governança, obtendo informações de 45 deles. Destes, 13 eram militares (não foi possível sabermos se das tropas pagas ou não), 15 estavam ligados a alguma atividade comercial, 10 foram identificados unicamente como proprietários de terra e 6 arremataram contratos [...] chamados por autoridades régias e por cronistas locais de principais moradores, pessoas principais ou principais da terra pertenceram à elite e controlaram o poder local na fronteira oeste e, ao mesmo tempo, disputaram por meio de suas câmaras privilégios, rendas municipais e o direito de terem a sua vila como capital da capitania. (JESUS, 2011)

Percebe-se que o mesmo militar graduado poderia ser grande comerciante, grande proprietário e ainda exercer funções políticas, como infere ofício do Comandante militar de Vila Bela, Manuel Rebelo Leite a O'eynhausen:

[...] Meu Senhor, quando fui finalmente beijar os pés a V. Ex^a. No Buriti, levei impressão a pedir a V. Ex^a. A graça de me dar licença para o mês de outubro até fins de janeiro pela alternativa ir até minha casa em intenção não só de visitar minha família, mas de fiscalizar algumas obras que mandei fazer no meu Engenho, que necessita da minha disposição [...].⁶ (LEITE, 1846)

A transação comercial com o Centro-Sul ligava Cuiabá a Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Bahia, colocando essa elite em situação vantajosa dentro da Capitania, uma vez que visava conseguir proeminência política na colônia. Em contrapartida, aos cortesãos significava

⁶ Ofício de Manuel Rebelo Leite a Gravemburg, em 22/09/1810. Arquivo D. Aquino Correa, pasta 71, nº. 1846.

a ampliação e legitimidade do seu poder na capitania interiorana, (SIQUEIRA, 1990), enquanto Vila Bela estabelecia ligações comerciais com Belém do Pará, através da navegação pelos vales do Guaporé, Madeira e Amazonas.

Se considerarmos os aspectos populacionais, socioeconômicos e políticos como elementos que fizeram parte do emaranhado de interesses, que permearam as respectivas cidades, é possível entrever as “diferenças” entre ambas.

Segundo Rosa (ROSA, 1976), por volta da primeira metade do século XIX, enquanto a região de Cuiabá apresentava uma população em torno de 73%, a região liderada por Vila Bela representava 20% do total da província,⁷ onde os brancos representavam apenas 7,5% desse total. Em relação ao comércio, Cuiabá e região detinham 79% da província, enquanto Vila Bela contava com uma participação de 14%. No que tange às forças militares, embora Vila Bela tivesse sobre si a responsabilidade de resguardar a fronteira oeste mato-grossense, contava, em 1818, com apenas 34% do efetivo militar, enquanto a região de Cuiabá reunia 54% do total da província.

A partir dessa conjuntura, Vila Bela, que abrigava a sede da capitania, durante o governo dos últimos Capitães-Generais (de forma mais aguda, Magessi), foi preterida em favor de Cuiabá que, conforme estatísticas, reunia condições estruturais mais sólidas que a velha capital. Porém, mesmo em desvantagem econômica, populacional e militar, Vila Bela não abriu mão de seu antigo status de capital e, não querendo subordinar-se a Cuiabá, se municia de elementos e táticas para a defesa do seu primado.

A não aceitação da capital em Vila Bela da Santíssima Trindade foi um pensamento que esteve presente no imaginário da elite econômica que liderou o processo político em Mato Grosso, como nos faz supor a carta de João Severiano Maciel da Costa⁸, ao presidente da província:

Senhor Presidente e Sua Majestade o Imperador a representação do Presidente da província de Mato Grosso, em que expõe os motivos que julgou poderosos, para ser removida a capital da província do lugar, em que se acha, por ser o mais insalubre, e quase nos limites dela, para outro mais sadio e central, designado para este efeito a vila de Alto Paraguai Diamantino, que oferece todas as vantagens aos seus habitantes; igualmente a necessidade de se fazer convocação do Conselho da província interinamente na cidade de Cuiabá. O mesmo Augusto Senhor, tomando em consideração a importância destes objetos e deferindo benignamente a segunda parte da mencionada representação: manda pela Secretaria de estados dos Negócios do Império participar ao dito Presidente que há por bem que a convocação do sobredito Conselho seja interinamente na cidade do Cuiabá até que se tomem as convenientes medidas para a ereção de uma capital, que reúna em si os dois cômodos de ambas povoações. Ficando, porém, obrigado a ir a capital de Mato Grosso o maior número de vezes que lhe for possível.⁹

Observa-se que a busca pelo status de capital não alvoroçou apenas os ânimos dos de Cuiabá e Vila Bela. Em 1805, a liberação da exploração diamantífera no distrito de Alto Paraguai Diamantino, com o passar dos anos vai fazer com que essa vila tenha também suas pretensões de se tornar capital, colocando-se, segundo o documento acima, em muito melhor condição de sediar a capital. Entretanto, interinamente, Cuiabá sediaria até que se tivessem condições de estruturar a nova capital. Eram as elites se articulando e buscando alianças para a conquista do poder político.

⁷ Nome dado às capitanias a partir da instalação do Império brasileiro (1822), sendo substituído pela denominação de Estado a partir da proclamação da República (1889).

⁸ Ministro do Império e Marquês de Queluz.

⁹ Carta de João Severiano Maciel da Costa, pedindo a transferência da capital da cidade de Vila Bela. Arquivo D. Aquino Correa, pasta 16 nº. 2208.

A elite cuiabana vislumbrava na transferência da capital uma possibilidade de ligar seus interesses econômicos a um contexto mais amplo. Isso começa a tomar forma a partir do governo do penúltimo Capitão-General, João Carlos Augusto O'eynhausen de Gravemburg, que em 1812 fixou residência em Cuiabá. As intenções do Capitão-General em fazer de Cuiabá a capital da capitania tornam-se mais claras a partir do momento em que o mesmo, além de fixar residência, passa a dotar a cidade de algumas melhorias estruturais, medidas que o levam à conta de um “governo fecundo”:

[...] governo fecundo e para perpetuá-lo bastava os seguintes atos: a criação em Cuiabá de uma sala de cirurgia e anatomia, como preliminar para a fundação de uma escola de medicina; a fundação dos hospitais de São João dos Lázaros e o de Nossa Senhora da Conceição; a criação de uma escola marinheiros e construções navais e a instalação de um horto botânico. (MENDONÇA, 1973)

Rosa afirma que o governo de Gravemburg somou forças à crise financeira já estabelecida na capitania.

[...] de 1807 a 1819, ele criou uma milícia (Companhia Franca dos leais cuiabanos); [...] deu início à navegação comercial pelo Arinos Tapajós; procurou incentivar o cultivo e o beneficiamento do algodão e tentou reativar a mineração com o auxílio de particulares. (ROSA, 1976)

Porém, ainda segundo Rosa, o que bem caracterizou a administração “fidalga” de O'eynhausen foram as grandiosas festas em Cuiabá, que o colocavam frente à elite cuiabana como protótipo de perfeito administrador, justificando que:

[...] grandes comerciantes eram simpáticos às repetidas festas, especialmente os banquetes faustosos. O senhorio rural, por sua vez, encontrava no governador os padrões de fidalguia que ansiava incorporar as suas vidas rústicas. (ROSA, 1976)

As justificativas se estendem também às classes menos favorecidas de Cuiabá:

As classes mais baixas de Cuiabá também tinham o governador em grande conta, devido aos hospitais que ele criou e à fartura das festas em que eram prodigamente distribuídos refrescos, doces e licores. Observe-se também que um governador como O'eynhausen, que permitia aos negros e mulatos a participação nas festas oficiais, jogando capoeira e dançando o batuque e o cururu, só poderia ser estimado. (ROSA, 1976)

Atravessando a capitania forte crise financeira, ficam claras as intenções do Capitão-General em promover essas festividades, ou seja, uma forma prazerosa de desviar a atenção, onde a participação popular imprimia uma máscara de igualdade. As festas “anestesiavam” por alguns dias a real situação financeira da capitania e, o fundamental, transmitiam ideologicamente o sentimento de pertencimento, de união, como se todos os níveis sociais comungassem os mesmos desejos:

Em geral, as festas populares promovidas por O'eynhausen contavam com a participação dos vários segmentos da sociedade cuiabana. Dessa maneira misturavam-se e acotovelavam-se, lado a lado, o povo e a elite, num espetáculo que revelava, falsamente, igualdade e transmitia a vã ideia de que a situação da província de Mato Grosso era fisicamente estável. (SIQUEIRA, 1990)

As promoções festivas feitas por O'eynhausen permitem visualizar a estratégia utilizada pelo Capitão-General, no sentido de camuflar a realidade econômica vivida pela província, que via seus magros cofres serem cada vez mais sugados e endividados. Contudo, à maioria dos cuiabanos, principalmente das classes menos favorecidas financeiramente, ficava a impressão de abundância promovida pelo “gentil” governante.

A crise financeira que assolava a capitania nas primeiras décadas dos oitocentos fez descortinar o pseudo fausto mascarado pelas festas “fidalgas” de O’eynhausen. Afirma Correa Filho, que a correspondência encaminhada ao Capitão-General, enviada pelos comandantes militares das Câmaras de Vila Bela e Cuiabá, era sempre a “mesmice” de pedidos de recursos com que pudessem suprir as ameaças de fome, como esta de Manuel Rebelo Leite (1846):

Meu amo e Senhor [...] por ora não há como mais dignamente representar a V. Ex^a. A pobreza que reina na capital é indizível, e principalmente naqueles que estão com a boca aberta sobre os cofres das Rendas Reais. Que aflições não padeceria o generoso coração de V. Ex^a. Se estivesse presente [...]. Eu sou um dos que desejo estar coberto das vistas de V. Ex^a., porém desejava que V. Ex^a. se comovesse livrar sempre das nossas misérias.¹⁰

Em outra ocasião, em resposta às requisições do Presidente da Junta de Fazenda de Vila Bela, escreve O’eynhausen:

A ideia que aí se faz de que Cuiabá é a terra da promessa, e que aqui há tudo inclina talvez a Junta a supor que me basta um “Flat” para tudo se fazer. É bem ao contrário, e a escassez é aqui talvez bem maior, porque o consumo é também maior. Não se julgue, pois, em Mato Grosso que o Cuiabá é mais feliz e assim diminuirá a errada ideia que se faz das venturas alheias, que ainda não existindo exageram os males próprios. (CORREA FILHO, 1996)

Nessa resposta dada ao Presidente da Junta de Fazenda de Vila Bela, O’eynhausen tenta desfazer a impressão de fartura que o restante da província acreditava ter Cuiabá. Ou seja, passando a província por grave crise financeira, claro está que as festas, que duravam até dias e que aprofundavam as dívidas públicas, nada mais foram que estratégias utilizadas pelo Capitão-General, no sentido de preservar a popularidade da sua imagem frente aos provincianos.

As minguadas finanças e os tantos pedidos de ajuda não fizeram com que a imagem do Capitão-General deixasse de ser reverenciada:

Meu amo e Senhor [...] parece que a brilhante estrela com que V. Ex^a. Veio ao mundo o quer mantificar na demora do seu governo desta província e suavizar pela mesma as saudades, que já por várias vezes nos tem principiado a acometer [...]. É inexplicável o alvoroço do meu coração pelas notícias que V. Ex^a. me dá de que se propõe a vir passar as águas nesta capital, mas sempre temo e temerei pela saúde de V. Ex^a. Em clima tão oposto à humana conservação, principalmente em semelhante estação [...]¹¹

Tendo o Capitão-General assistido tão pouco a velha capital, percebe-se a satisfação do seu subordinado diante de uma possível visita, o que implicaria um sentimento de pertencimento ao poder expressado pelo comandante militar sediado em Vila Bela. Contudo a preocupação e o cuidado com o bem estar de Sua Excelência falaram mais alto. A fala do comandante reforça o pensamento de insalubridade atribuído à cidade e, portanto, não digno de pessoa tão ilustre.

Mesmo usufruindo da simpatia de boa parte da população mato-grossense, O’eynhausen, “supliciado” pelas dificuldades financeiras, ansiava por se ver substituído no cargo e essa substituição ocorre em 6 de janeiro de 1819, quando chega a Cuiabá o Tenente-Coronel Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, nomeado por Carta Régia de 7 de julho de 1817.

Supondo que o Capitão-General Magessi vislumbrasse alguma ilusão em relação aos cofres da então capitania, cedo essas ilusões foram desfeitas, pois “[...] *esquadrinhando-os com avidez, não encontrou com que pagar os 10 soldados que o acompanhavam*”. (CORREA FILHO, 1996)

¹⁰ Ofício de Manuel Rebelo Leite a Gravemburg, em junho de 1817. Arquivo D. Aquino Correa, pasta 71, nº 1830.

¹¹ Ofício de Manuel Rebelo Leite a Gravemburg, em junho de 1817. Arquivo D. Aquino Correa, pasta 71, nº 1830.

Em relação às finanças de Mato Grosso neste período, Augusto João Manuel Leverger (Barão de Melgaço), analisa da seguinte forma:

[...] depreende-se que os cofres estavam sem dinheiro; que no sertão não havia um só morador por causa dos índios; que à Tropa de Linha na capital era somente fornecida carne e meio décimo de farinha por média; que perto de 600 homens que guarneciam a fronteira eram sustentados por lavradores e senhor de engenho, a quem se tornava muito pesada a falta de pagamento [...]. (LEVERGER, 2001)

Como homem afeito às atividades militares, Magessi resolveu colocar em prática uma política rígida, dando especial atenção à militância. Dentre as medidas tomadas pelo Capitão General, com o fito de melhor estruturar a capitania pode-se apontar: a organização de expedição às “minas dos mártírios”; franquia do porto geral de Cuiabá ao comércio com as províncias espanholas; garantia do monopólio da exportação de ferro à Companhia de Mineração de Cuiabá e a transferência, de Vila Bela para Cuiabá de importantes organismos públicos. (SIQUEIRA, 1990)

As medidas tomadas por Magessi não amenizaram a crise financeira por que passava a capitania, entretanto, visibilizaram a preferência do mesmo por Cuiabá, cidade que, segundo seu gosto, deveria achar-se a capital. (CORREA FILHO, 1996). Essa afeição pode ser perceptível pela sua permanência de 18 meses em Cuiabá, durante os 19 meses do seu governo.

Mesmo as ações “empreendedoras do capitão-General não foram capazes de reverter a opinião dos mato-grossenses em relação a sua pessoa, sempre comparada a João Carlos O’eynhausen Gravemburg. Este, segundo Correa Filho:

[..] do governo paternal, a quem os subordinados tinham gosto em obedecer. Ainda quando ordena, mais parece pedir. Ao Senado da Câmara, em particular, se deseja guiar para algum ato, insinua-lhe sem o parecer, qual deva ser o procedimento, evitando ostentar o seu poderio. (CORREA FILHO, 1996)

Magessi parece seguir itinerário contrário às graças dos mato-grossenses. Ainda segundo Correa Filho:

[...] estardeava nos mínimos gestos o militar afeito à rija disciplina [...]. Mandava com entorno de quem fosse o próprio rei. A capitania desfigurava-se lhe como enorme caserna, cuja atividade deveria reger-lhe pelo mesmo regime. (CORREA FILHO, 1996)

Para Madureira:

Magessi representava as antigas forças políticas, advindas do período colonial, as quais estavam sofrendo imensa rejeição da sociedade brasileira. Neste momento emergiam forças políticas oriundas de uma elite nativa, que desejava obter poder político, a nível das diferentes províncias e passar a ser a condutora de independência a nível central. (SIQUEIRA, 1990)

Rosa também registra suas impressões a respeito do último Capitão-General:

Da fidalguia de O’eynhausen bem poucos traços poderiam ser encontrados em Magessi. De típica e ortodoxa formação militar, sem ter oportunidade de pôr em prática seus conhecimentos bélicos contra os hispano-americanos [...] Magessi passa a governar a vida pública como se esta fosse uma enorme caserna. (ROSA, 1976)

A ausência de empatia do Capitão-General com a população, aliada à conjuntura política nacional, fertilizaram os ideais da elite local. Mato Grosso, assim como o restante do país, não ficou indiferente aos acontecimentos revolucionários do Porto. A defesa de interesses análogos aos da elite nacional despertou na elite mato-grossense a necessidade de também empreender medidas condizentes com as imposições políticas vivenciadas, naquele momento, por pratica-

mente todo o território brasileiro.

Aproveitando-se da fundamentação legal dada às províncias, através do Decreto de 24 de abril de 1821¹², a elite cuiabana viu nessa abertura a possibilidade de constituir-se em sede administrativa da província mato-grossense, criando uma Junta que deveria, em substituição ao Capitão-General, governar toda a capitania, acalentando assim suas antigas aspirações.

Em maio de 1821, chegou a Mato Grosso a notícia da Revolução Liberal do Porto e, no dia 30 do mesmo mês, as autoridades civis, eclesiásticas, militares e o povo, foram convocados a prestarem juramento à Constituição, que as Cortes de Lisboa se propunham a fazer.

[...] nem todos os assistentes teriam exata noção da imponente cerimônia de 3 de junho de 1821, com que o governador promoveu em Cuiabá o juramento das bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Mas entre a elite, havia espíritos capazes de apreender o alcance de tal ato, que virtualmente extinguiu o Capitanato General, relegando-o para o museu histórico do absolutismo. O sopro do liberalismo, que vivificava as Cortes, vinha animar os patriotas esclarecidos de Cuiabá a quem já parecia demasiado o poderio do Capitão-General. (CORREA FILHO, 1996)

Atendendo à convocação para participar das Cortes portuguesas, Cuiabá elegeu o Bispo D. Luís de Castro Pereira e o Padre Manuel Alves da Cunha, para deputado e suplente, respectivamente e, Vila Bela, elegeu o Tenente José de Sousa Guimarães, Alferes João de Pina Macedo e Capitão José Antonio Gonçalves Prego, para procuradores no Congresso. (LEVERGER, 2001)

Com o Decreto de 24 de abril de 1821, as Cortes portuguesas não deixaram muitas dúvidas em relação ao interesse que nutriam em recolonizar o Brasil e, na Assembleia Constituinte, contando com 205 deputados, os brasileiros constituíam a minoria, sendo o Brasil representado por um número de 75 deputados, dos quais compareceram efetivamente 50 (LEVERGER, 2001), ou seja, nada poderiam fazer frente à vontade da grande maioria. Mesmo assim, alguns se manifestaram, como lembra Emília da Costa Viotti “[...] pouco ou nada podiam fazer em Lisboa, onde as reivindicações brasileiras eram recebidas pelo público com uma zoadada de vaias”. (COSTA, 1995)

As notícias trazidas do Rio de Janeiro pelo Coronel-de-Milícias, Antonio Navarro de Abreu, de que os governos dos Capitães-Generais estavam sendo substituídos por Juntas Governativas, foram bem recebidas em Mato Grosso. A situação política e econômica por que passava a capitania deu guarida aos ventos do liberalismo, soprados a partir de São Paulo e Bahia, quando a presença dos Capitães-Generais já não mais satisfazia as necessidades da elite nacional, que recebia os reflexos conjunturais europeus exigindo mudanças liberais.

A conjuntura política nacional favoreceu a elite cuiabana, que se apropriando dos acontecimentos tomou para si a incumbência de gerir os destinos políticos de Mato Grosso e, com essa pretensão, reuniu representantes do clero, nobreza, povo e tropa, elegendo uma Junta Governativa. (MENDONÇA, 1982), em 20 de agosto de 1821, assim constituída: Presidente: D. Luís de Castro Pereira (clero); Vice-Presidente: Tenente-Coronel Jerônimo Joaquim Nunes (nobreza); Secretário: Capitão Luís D’Alincourt (tropa). Deputados: Capitão-Mor João José G. Silva (povo); Padre Agostinho Luís Goulart Pereira (clero); Tenente-Coronel Félix Merme (tropa); Sargento-Mor André Gaudie Lei (nobreza); Padre José da Silva Guimarães (clero); Tenente-Coronel Antonio Navarro de Abreu (tropa).

¹² Decreto que autorizava às províncias erigirem seus governos através de Juntas Governativas.

Em 21 de agosto, portanto, no dia seguinte, o Capitão-General foi comunicado da formação da Junta Governativa:

Ilm.º Sr. Havendo concorrido aos Paços do Conselho no dia 20 da corrente a Tropa da Primeira e Segunda Linha, o Clero, Nobreza e Povo desta cidade de Cuiabá, deliberaram e resolveram a ereção de uma Junta Governativa provisória, e efetivamente elegeram nove Deputados para comporem a dita Junta, que se acha instalada; em consequência de tais acontecimentos V. Ex^a. Se suspenderá do exercício e funções que antes competiam a V. Ex^a. Em razão do lugar que ocupava. Assim o participam a V. Ex^a. Os Deputados da Junta Governativa Provisória [...]. (CORREA FILHO, 1996)

Assim como Antonio Navarro de Abreu, que trouxe a notícia da implantação das Juntas Governativas de São Paulo e Bahia, João Francisco Guimarães, Quartel-Mestre das Milícias, tendo acompanhado em Cuiabá, a proclamação e posse da Junta Governativa, encarregou-se de levar a notícia a Vila Bela. (CORREA FILHO, 1996)

Vila Bela não teve parte na eleição, apenas foi notificada sobre o novo governo, motivo pelo qual a Junta de Cuiabá foi reconhecida unicamente pelos núcleos subordinados a Cuiabá.

Diante da formação da Junta de Cuiabá, Vila Bela viu afrontado seu foro de capital e fez erguer também sua própria Junta, segundo a qual caberia a governança legal da província, negando literalmente qualquer ordem advinda da Junta de Cuiabá.

A disputa estava posta e a rivalidade aflorada. É nesse clima que é instalada a Junta Governativa (MENDONÇA, 1982) de Vila Bela, em 11 de setembro de 1821, ficando assim constituída: Presidente: Padre José Antonio de Assunção Batista; Vice Presidente: Capitão Manuel Veloso Rebelo de Vasconcelos; Secretário: Capitão Manuel Teodoro da Silva; Deputados: Capitão-Mor José da Silva Gama e Cunha; Capitão Joaquim Vieira Passos; Padre Joaquim Teixeira Coelho; Tenente Luís Antonio Vaz Pacheco; Quartel-Mestre João Francisco dos Guimarães.

A rivalidade entre as duas cidades consubstanciou-se na dualidade de governos, símbolo máximo do poder. Esse poder configurado em menor escala requer reconhecimento no âmbito d poder maior: a Junta d Cuiabá buscou apoio e reconhecimento junto às autoridades do Rio de Janeiro, enquanto a de Vila Bela recorreu a Lisboa.

A Junta de Vila Bela era reconhecida (por Cuiabá), em termos de jurisdição, do Forte Príncipe da Beira ao Registro do Jauru, a de Cuiabá tinha trânsito livre em quase toda a província. (HOLANDA, 1994)

Os embates vão tomando forma através da retórica de uma e outra Junta, que tentam frente à outra justificar e dar legalidade a sua formação, como infere ofício da Junta de Vila Bela chamando a atenção de João Pereira Leite, comandante de Vila Maria, pela sua obediência à Junta de Cuiabá e não à de Vila bela:

[...] me determina oficio a V. Mce., que a Carta que por V. Mce dirigida ao Comandante do Jauru [...], e que pela felicidade e bom zelo deste digno servidor, que deveria a. Mce. Fazer inveja, foi apresentado neste governo fazendo nele a mais viva e árdua comoção [...] contra as sedutoras frases que V. mce pretende cortar a comunicação com povos desta capital, movendo assim aos desastres e desgraças de uma guerra civil de que é V. Mce o mentor, e de que ficará responsável na presença das competentes autoridades, pois que V. Mce é o primeiro a promover as antipolíticas de liberações do intruso governo cuiabano, pelos princípios detestáveis [...], com modo da rivalidade e do despotismo pretende sacrificar vítimas inocentes ao prazer de seu furor, paixões, interesses e engrandecimentos particulares [...] é evidente que V. Mce é o responsável diante de Deus, dos homens e das Cortes por todos os casos que resultarem aos habitantes desta capital[...]. Não só Jauru,

mas ainda Vila Maria pertencem à repartição de Mato Grosso. Se o mesmo Cuiabá quer ver até onde chega a fidelidade dos ânimos mato-grossenses, o amor à Pátria, o respeito à Nação, o desinteresse à governança e o honrado caráter dos cidadãos, transfira o assento desse intruso governo para esta capital [...] reconheça as autoridades legítimas da Nação pelo juramento da Constituição que El Rei sancionou, obedeça a este Governo que é quem deve reger esta Província [...].¹³

Diante do teor do ofício, a Junta de Vila Bela, de forma apaixonada, responsabiliza o Tenente-Coronel Pereira Leite pelas futuras consequências da sua adesão ao “inconstitucional” governo de Cuiabá. Fica claro que, caso ocorra a transferência da Junta cuiabana para Vila Bela, os problemas serão resolvidos. Portanto, é a representação do poder que conta. O local da “residência governamental” passa a ser símbolo que institucionaliza a cidade, que a qualifica como “superior”.

Para que o poder fosse assimilado eram necessárias mudanças impostas por esse novo poder que se estava constituindo. A Ostentação implicaria numa “legalidade”, ou seja, a ação enquanto governo pressupõe “autoridade”, o “poder fazer” ou o “poder deixar de fazer”.

Após a formação das Juntas deu-se início às ações em nome do poder que cada qual julgava ter. A Junta de Cuiabá tomou providências no sentido de, além de comunicar o fato a Magessi, efetuar a nomeação dos comandantes militares e expedir ofícios notificando o governante de Vila Bela, aos comandos militares da região, aos Registros do Sul e do Norte e às principais vilas da Capitania.

Por sua vez, a Junta de Vila Bela, através do Quartel-Mestre João Francisco dos Guimarães e do Ajudante da Legião de Milícias Vaz Pacheco e, com redação deste, propõe o estabelecimento da abolição dos escravos, incluindo os de Cuiabá, que aderissem à causa de Vila Bela, bem como “[...] a dissolução do vínculo conjugal e a castidade das donzelas, aconselhando umas e outras que se podiam desonestar”.¹⁴ A esse conjunto de intenções deu-se o nome de “Lei Nova.”

As medidas tomadas pela Junta de Cuiabá visavam à notificação às principais vilas e, principalmente aos comandos militares, como forma de legalizar o poder conquistado. Por outro lado, a Junta de Vila Bela vai trabalhar com propostas que, naquele momento, extrapolavam os princípios éticos e econômicos da elite cuiabana.

A chamada “Lei Nova” era considerada um ataque direto à honra, vista como sustentáculo moral da elite não só cuiabana como nacional. Em relação à abolição dos escravos, constituía-se um outro ponto crucial para essa mesma elite, que via nessa possibilidade perdas econômicas imensas e um ataque ao sistema escravista, base de sustentação econômica nacional.

Embora Vila Bela fosse a capital de direito, Cuiabá apropriou-se do poder como se capital fosse. Em contrapartida, Vila Bela assume posições radicais, afrontando Cuiabá através de pontos considerados fundamentais para a sociedade daquele momento. Isso termina fazendo com que a Junta cuiabana dirigisse ao Desembargador Corregedor e Ouvidor da Comarca um pedido para que averiguasse determinados quesitos, cuja exigência deixaria a Junta de Vila Bela na inconstitucionalidade.¹⁵

¹³ Comandante militar de Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres), promovido ao posto de Tenente-Coronel efetivo, através do Decreto de 15 de julho de 1826.

¹⁴ Auto Sumário Sumário a que mandou proceder a Junta Governativa de Cuiabá. Manuscrito, APEMT, lata 1822 a.

¹⁵ Ofício da Junta Governativa de Cuiabá ao Desembargador Corregedor e Ouvidor da Comarca de Mato Grosso. Manuscrito, APEMAT, lata 1822 a.

Conforme documentação examinada torna-se possível afirmar que a preocupação da elite que compunha a Junta cuiabana centrava-se no prevailecimento do direito à propriedade, mola mestra das necessidades capitalistas impostas pelo contexto econômico do momento:

A Junta Governativa Provisória de Cuiabá [...] ordena ao Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, que chamando a sua presença todas as pessoas vindas [...] daquela cidade, proceda a um Sumário de testemunhos, que tocando sobretudo os Santos Evangelhos, deponha sobre os quesitos a seguintes:

1º Se a Junta de Governo instalada na cidade de Mato Grosso [...] foi aceita por vontade e a contento da maioria dos moradores da mesma cidade ou somente foi capricho de poucas pessoas e maquinação de alguns gênios notoriamente intrigantes e turbulentos [...];

2º Se a religião católica apostólica romana [...] tem sido conservada com o devido respeito por aquela Junta, ou se alguns dos membros dela têm se proclamado contra os seus dogmas [...];

3º Se a Junta depois que entrou a governar, cuidou da conservação do sossego público, mantendo a liberdade, a segurança e prosperidade dos cidadãos, prestando a necessária proteção a todos [...] ou, se pelo contrário, tem atrozmente injuriado e maltratado alguns com prisões violentas sem culpa firmada e se efetivamente é tocado o direito de propriedade de outros;

4º [...] na administração e arrecadação da Fazenda Pública o tem feito debaixo das Leis e fórmulas estabelecidas [...] ou se tem feito sua administração de forma irregular e arbitrária [...];

5º se o segredo das cartas tem sido inviolável na cidade de Mato Grosso [...] ou se aquela Junta tem aberto quantas cartas pôde apanhar, tanto desta província, como as que vêm de fora dela, ou na bolsa do correio, ou por mãos particulares;

6º Se finalmente o mesmo governo se considera seguro e legitimamente criado para merecer obediência [...], ou pelo contrário, conserva força armada para sua segurança tanto de dia como de noite [...].¹⁶

A preocupação em justificar a legalidade é constante entre as duas Juntas, conforme ofício da Junta de Cuiabá à Junta de Vila Bela, em 20 de outubro de 1821:

[...] se compraz de ler no Diário da Regência [...] que[...] em nome d'El Rei d. João VI, faz saber que as Cortes Gerais Extraordinárias Constituintes da Nação Portuguesa, têm decretado no art. Primeiro, que são havidos como legítimos todos os Governos estabelecidos [...] nos Estados portugueses de Ultramar e Ilhas adjacentes para abraçarem a sagrada causa de regeneração política da Nação portuguesa e serão declaradas beneméritos da Pátria os que tiverem desenvolvido e executado [...], porque é reconhecido como direito essencial e inalterável de uma Nação o de estabelecer ela mesma a sua forma de Governo e de formar sua legislação em todos os seus diferentes ramos [...].¹⁷

Mais adiante, no mesmo ofício, a Junta cuiabana utiliza inclusive um exemplo português para justificar sua criação:

Viu-se em Portugal, que o Porto que era a segunda cidade e que não era capital [...] levantando um Governo, este logo se reconheceu e declarou Governo Supremo. Então nenhuma outra cidade, nem a mesma Lisboa, cidade capital [...] negou aquele direito, nem aquela faculdade, nem impregnou aquela Supremacia [...].¹⁸

Vê-se que o argumento utilizado pela Junta de Cuiabá é que a cidade do Porto, mesmo não sendo a capital (caso de Cuiabá), não teve sua supremacia impugnada. Buscava-se, portanto, na “pátria-mãe” o exemplo que poderia institucionalizar a atitude de Cuiabá, ou seja, o fato de uma cidade importante da Metrópole ter se levantado também em Junta, dava “legalidade” à

¹⁶ *Auto Sumário a que mandou proceder a Junta Governativa de Cuiabá. Manuscrito, APEMT, lata 1822 a.*

¹⁷ *Ofício da Junta de Cuiabá à Câmara de Mato Grosso. Livro de Correspondência Oficial, 1821, APEMT, f. 171.*

¹⁸ *Ofício da Junta de Cuiabá à Câmara de Mato Grosso. Livro de Correspondência Oficial, 1821, APEMT, f. 171.*

Junta de Cuiabá.

A tese da insalubridade de Vila Bela, que remontava a sua criação, não deixou de ser utilizada pela Junta de Cuiabá de forma pejorativa. Esse pensamento deixava transparecer que o fato de ser insalubre conferia aos seus habitantes um certificado de incompetência e inferioridade frente à cidade de Cuiabá. Quando D. Pedro I mandou proceder à eleição de Deputados à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, as autoridades cuiabanas alegaram mais uma vez a insalubridade de Vila Bela:

Os habitantes de Mato Grosso (Vila Bela) conhecem bem e experimentam relativamente à saúde e à vida, a terra que pisam, a água que bebem e o ar que respiram; e falem, pois, agora com sinceridade, e com imparcialidade e digam: se aqueles 19 (eleitores) fossem assistir com eles às eleições, não se iam meter [...] em grande risco de saúde e de vida? [...] ¹⁹

A esta afirmação, os representantes de Vila Bela retrucaram com imensa irritação, definindo os cuiabanos:

Aqueles ânimos fracos e possuidores do pânico terror das moléstias, que se algum tempo infestaram em Mato Grosso (Vila Bela), têm desaparecido há muitos anos e por isso mesmo é esta Província presentemente um país saudável: seus habitantes vigorosos e os nacionais dotados de vivo espírito e brioso ânimo, talvez com incompatível diferença aos da cidade de Cuiabá. (ROSA, 1976)

Com tantos insultos orais e escritos entre os representantes das duas Juntas, a Junta de Vila Bela radicaliza suas atitudes procurando desconhecer totalmente a Junta de Cuiabá enquanto poder superior.

Embora tenha havido muito barulho de um e outro lado, a situação nunca chegou às vias de fato, mesmo considerando que a principal área de atrito era a Fazenda Real da Caiçara, cuja boiada era verdadeiro regalo às vistas das necessidades de Vila Bela. Essa circunstância gerou um pedido à Junta de Cuiabá, em regime de urgência, feito por João Pereira Leite, a quem competia a guarda da área:

Faça recolher a este distrito todos os oficiais inferiores e soldados que pertencem ao meu Corpo [...], pois do contrário, eu não posso ser responsável por qualquer coisa que venha a suceder, determinada pelo Governo de Mato Grosso, pois tenho toda a certeza que eles pretendem disputar o direito que têm sobre o gado da Fazenda da Caiçara; e dizem que a dita Fazenda fora criada para socorro daquela terra que não tem gados; e como sabem que se pega a boiada para ir a Cuiabá, pode ser que queiram fazer o que agora se me faz saber [...] ²⁰

A temeridade de ataque sofrida por João Pereira Leite jamais se realizou, ficando instituído de valor o que a Junta de Cuiabá já havia deliberado, em outubro de 1821:

Por todos os meios que estão ao seu alcance, qualquer rompimento que possa ter lugar com os alucinados habitantes de Mato Grosso [...] deixá-los obrar livremente, para que o tempo os conduza ao conhecimento da razão, ou dos pontos extremos dos desatinos. (ROSA, 1976)

Com a morte do Presidente da Junta de Cuiabá, D. Luís de Castro Pereira, Bispo de Cuiabá, deliberou-se uma nova eleição, o que contrariou o pensamento de José Bonifácio que após algumas críticas, terminou concordando com o pleito. Contudo, antes da chegada do despacho, os cuiabanos trocaram a eleição para Presidente por uma eleição de uma nova Junta

¹⁹ *Ofício da Junta de Cuiabá à Câmara de Mato Grosso. Livro de Correspondência Oficial, 1821, APEMT, f. 171.*

²⁰ *Ofício de João Pereira Leite à Junta de Cuiabá. Manuscrito, APEMT, cx. 1822.*

Governativa²¹, ficando assim constituída: Presidente: Ouvidor Antonio José de Carvalho Chaves (20 votos); Vice-Presidente: Tenente-Coronel Jerônimo Joaquim Nunes (aclamado); Secretário: Capitão Antonio Correa Costa (13 votos); Deputados: Tenente-Coronel Antonio Navarros de Abreu (12 votos); Capitão João Poupino Caldas (19 votos); Coronel Vitoriano de Macedo (17 votos); Sargento-Mor André Gaudie Ley (23 votos); Padre Constantino José Pinto de Figueiredo (31votos). O que deveria ser uma renovação, apenas reiterou o poder nas mãos da mesma elite cuiabana.

Não obstante a formação da segunda Junta Governativa, chega a Cuiabá uma Portaria baixada por D. Pedro I, determinando que o Ouvidor Antonio José de Carvalho Chaves passasse a exercer a ouvidoria em Vila Bela, capital legal da Província.²²

O afastamento de Chaves somado à crise política e econômica por que passava a Província, termina propiciando à segunda Junta pensamentos que já não encontravam espaço no contexto político-social daquele momento, como faz crer o ofício no qual os membros da Junta cuiabana pedem a D. Pedro I a dissolução da mesma, sugerindo que o governo provincial fosse restaurado uno e forte.

[...] permiti que entre os imensos benefícios, que deve à paternal solitudine de V.I.M., ela (a Província de Mato Grosso) conte com o entusiasmo de ver em seu seio ocupando o primeiro lugar no Augusto nome de V. I. M, um homem que se assemelhe nas virtudes, e seus merecimentos [...]; um homem a quem a extensão do poder esteja sempre ligada à extensão de sua responsabilidade, com medidas tão exatas, que obriguem a conhecer seus súditos e a conhecer si mesmo; um homem finalmente que saiba conter-nos nos limites da justiça, e com imparcialidade desta faça a felicidade da Província [...]. (CORREA FILHO,1996)

Os males da província não passavam apenas pelo direito de eleger, de forma direta, os homens que governariam Mato Grosso. As dificuldades passavam, além do viés político, também pelo econômico, como infere o ofício do Tenente Joaquim José Rodrigues, comandante do Presídio de Coimbra, solicitando ajuda de homens e bens para satisfazerem suas necessidades. O comandante chega a temer que os desertores fujam para o Forte Bourbon²³ “[...] o que muito me aflige não tanto pela perda de um ou dois homens, como o irem contar as faltas que se tem sofrido”.²⁴

Esse pensamento deixa claro o receio das autoridades militares, em relação às agitações independentistas nas colônias castelhanas, fronteiriças a terras mato-grossenses. Receio que se justifica considerando-se a debilidade conjuntural da província e a situação de instabilidade política por que passava a própria nação no momento em que buscava seu reconhecimento enquanto nação independente.

Somem-se a isso, as dissidências no seio das próprias Juntas Governativas, que dificultavam o processo político mato-grossense, visto que a conjuntura política nacional apontava para novos rumos.

D. Pedro I, na condição de Imperador do Brasil, evitou manifestar-se a favor de qualquer uma das Juntas. Não queria entrar em conflito com os correligionários de Cuiabá, tidos como cômicos e obedientes ao seu programa de governo. Por outro lado, o processo de independência desencadeado nas vizinhanças castelhanas poderia influenciar os moradores de Vila Bela,

21 Ata de eleição da 2ª Junta Governativa de Cuiabá. Livro de Correspondência Oficial. APEMT, lata 1822 a.

22 Portaria de D. Pedro I à Junta de Cuiabá. Livro de Correspondência Oficial. APEMT, lata 1822 a.

23 Fortificação espanhola, fundada em 1792, com o objetivo de deter o avanço português em terras espanholas na América.

24 Ofício do Tenente Joaquim José Rodrigues à Junta de Cuiabá. Manuscrito, APEMT, lata 1822b.

implicando negativamente em suas já dilatadas dificuldades administrativas.

A dualidade de governos era extremamente nociva ao governo central, que buscando reconhecimento no âmbito externo tinha que conviver com desavenças internas. O processo de independência das colônias hispânicas fazia com que urgisse uma solução para os problemas internos, principalmente por ser Mato Grosso uma região fronteira a essas mesmas colônias castelhanas.

Quer em Cuiabá, quer em Vila Bela, a situação não era de abundância. Sem remessa das verbas “que eram mandadas no tempo dos Capitães-Generais”, as Juntas se viam na iminência de desampararem a fronteira, o que, considerando a onda revolucionária das colônias vizinhas, poderia colocar em risco a tranquilidade brasileira. Contudo, não foi o que ocorreu. Apesar das dificuldades a fronteira não foi desguarnecida de elemento humano, mesmo que para tanto tivessem contribuído os bolsos mais abastados da província.

Através de documento Imperial de 18/10/1822²⁵, a província de São Paulo foi desobrigada a ajudar com suprimentos a província de mato-grossense e, conseqüentemente, enfraquecer o gerenciamento das Juntas que instavam por sustentação econômica. A questão requeria, na realidade, um posicionamento político que precedesse o problema financeiro. É possível que tenha sido com esse pensamento que D. Pedro I mandou que se procedesse, por eleição paralela a dos Deputados, um governo provisório único em substituição às duas Juntas Governativas. Com a determinação imperial, a Junta de Cuiabá oficiou à Câmara da cidade:

[...] tem esta Junta do governo provisório da Província de Mato Grosso a honra de acusar a recepção da Carta que V. Majestade Imperial se dignou dirigir-lhe [...] reconhecendo como um dos seus mais sagrados deveres o promover a pública tranquilidade, e união dos povos [...], segundo o seu Imperial Decreto [...] passassem imediatamente a nomear um governo provisório composto de Presidente, Secretário e cinco membros. Querendo [...] dar pronta execução às ordens de V.M.I. escrevo à Câmara da cidade de Matogrosso que até o presente se acha dividida, e independente deste governo, o ofício constante da cópia inclusa, a que ainda não recebeu resposta, e logo que esta venha, continuará as diligências que devem preceder à conclusão deste negócio [...].²⁶

Em 11 de maio de 1823, realizou-se a eleição constituindo assim o governo provisório legal da província, que deveria permanecer em Vila Bela, tendo a seguinte composição. (LEVERGER, 2001): Reverendo Manuel Alves da Cunha (Presidente); Tenente-Coronel Félix Merme (Secretário); Capitão-Mor José da Gama e Silva (Membro); Capitão Manuel Veloso Rebelo de Vasconcelos (Membro); Sargento-Mor João Paz de Azevedo (Membro); Tenente-Coronel João Poupino Caldas (Membro); Capitão Caetano da Costa Araújo de Melo (Membro).

Pela composição da Junta percebe-se a forte presença militar. Isso, simbolicamente ou não, infere o status conferido, naquele momento histórico, aos membros de patente superior das tropas militares, como representações de defesa da fronteira Oeste.

Dos membros eleitos, Poupino Caldas e Félix Merme (representantes de Cuiabá) não tomaram posse em Vila Bela, atitude vista por Correa Filho como manifestação de protesto “[...] *Cuiabá apenas protestou pelo silêncio, não indo os seus representantes ocuparem os lugares para os quais foram eleitos.*” (CORREA FILHO, 1996)

A 30 de julho de 1823 as Juntas Governativas de Mato Grosso deixaram de funcionar e,

²⁵ Livro de Aviso Imperial. Manuscrito, APEMT, lata 1822 b.

²⁶ Ofício da Junta à Câmara de Cuiabá, em 16/04/ 1823. Livro de Correspondência Oficial, 1823. Manuscrito, APEMT, f. 63-64.

a 20 de agosto do mesmo ano²⁷ tomou posse o Governo Provisório da província de Mato Grosso, como acusa documento enviado por este governo a José Bonifácio de Andrada e Silva:

[...] dá parte este Governo Provisório Legal da Província de Mato Grosso de haver entre vivas e outros testemunhos de público regozijo, tomado posse na Câmara desta capital, e de achar-se já ocupando o efetivo exercício das suas atribuições [...] tem a honra de assim o participar também a V. Ex^a. Afirmando que a instalação dele não só faz unanimitar os espíritos, até então dissidentes, entre as duas cidades desta Província, como objeto da geral satisfação, que hoje transborda nos semblantes do bom povo desta capital, em quem somente se conhece a ambição de se distinguir no amor, fidelidade e submissão, que dedica a Sua Majestade Imperial [...]. Cidade da Santíssima Trindade, 20 de agosto de 1823 [...]²⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rearranjo político determinado por D. Pedro I, ao erigir um único governo que substitísse as duas Juntas Governativas, não apresentou os resultados esperados, ou seja, a união dos principais núcleos da província. Ao contrário, enquanto Vila Bela comemorou a primazia de sediar o novo governo e ter participação com três membros, Cuiabá participou apenas com dois. Isso acirrou mais os ânimos dos representantes políticos da cidade pioneira, que viram na implantação do novo governo a perda de mais uma oportunidade de monopolização do poder.

A presidência do Padre Manuel Alves não apresentou nenhuma proposta de cooperação política à nação e nem tampouco à província. Sendo conhecedor de sua impotência governativa, pede através de ofício de 20 de outubro de 1824, a nomeação de um novo Presidente. Mesmo sem a chegada do substituto, ficou o Padre ausente de Vila Bela de novembro de 1824 a maio de 1825.

Entendendo D. Pedro que a província não mais podia ficar entregue a um governo provisório, percebeu a necessidade da nomeação de um Presidente capaz de gerir e unificar a necessitada província. Nomeou D. Nuno Lóssio, o qual não chegou a assumir, sendo substituído por José Saturnino da Costa pereira, que assumiu o governo em 4 de setembro de 1825.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CORREA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: INL, 1996, p. 319.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: Brasil em perspectiva. (Org). MOTA, Carlos Guilherme. 20^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JESUS, Nauk Maria de. As pessoas principais da terra os oficiais das câmaras da fronteira oeste da

27 Quanto à data da posse do Governo Provisório Legal de Mato Grosso, Leverger aponta a data de 20/08/ 1823. Já Correa Filho e Holanda dão notícia da posse em 17/08/1823. Contudo, segundo ofício do próprio Governo Provisório a José Bonifácio, dá contada data de 20/08/1823, conferindo, portanto, com os dados fornecidos por Leverger.

28 Ofício do Governo Provisório de Mato Grosso a José Bonifácio, em 20/08/1823. Livro de Correspondência Oficial, 1823. Manuscrito, APEMT, f. 76.

América portuguesa. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa 18 a 21 de maio de 2011.

LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 2001. LIMA, André Nicácio. Mato Grosso e a geografia da independência (1821-18230). Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol.5, n.2, jul.-dez., 2012.

MENDONÇA, Rubens de. História de Mato Grosso. 4ª ed. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

NETO, Cassimiro. A Construção da Democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes do Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

PERARO, Maria Ademar. Bastardos do Império. São Paulo: Contexto, 2001, p. 124.

ROSA, Carlos Alberto. O processo de independência de Mato Grosso e a hegemonia cuiabana. Cadernos Cuiabanos-I, Cuiabá-MT: Prefeitura Municipal, 1976.

SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. Cuiabá: UFMT/SEC, 1975.

VAINFAS, Ronaldo. História: o longo século XIX. São Paulo: Saraiva, 2010.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. A conquista da terra no universo da pobreza. São Paulo: HUCITEC, Brasília-DF: INL, 1987.

Fontes Documentais

Ofício de Manuel Rebelo Leite a Gravemburg, em 22/09/1810. Arquivo D. Aquino Correa, pasta 71, nº. 1846.

Alvará de criação da capitania de Mato Grosso. Arquivo D. Aquino Correa.

Carta de João Severiano Maciel da Costa, pedindo a transferência da capital da cidade de Vila Bela. Arquivo D. Aquino Correa, pasta 16 nº. 2208.

Auto Sumário Sumário a que mandou proceder a Junta Governativa de Cuiabá. Manuscrito, APEMT, lata 1822 a.

Ofício da Junta Governativa de Cuiabá ao Desembargador Corregedor e Ouvidor da Comarca de Mato Grosso. Manuscrito, APEMAT, lata 1822 a.

Ofício da Junta de Cuiabá à Câmara de Mato Grosso. Livro de Correspondência Oficial, 1821, APEMT, f. 171.

Ofício de João Pereira Leite à Junta de Cuiabá. Manuscrito, APEMT, cx. 1822.

Ata de eleição da 2ª Junta Governativa de Cuiabá. Livro de Correspondência Oficial. APEMT, lata 1822 a.

Portaria de D. Pedro I à Junta de Cuiabá. Livro de Correspondência Oficial. APEMT, lata 1822 a.

Ofício do Tenente Joaquim José Rodrigues à Junta de Cuiabá. Manuscrito, APEMT, lata 1822b.

Livro de Aviso Imperial. Manuscrito, APEMT, lata 1822 b.

Ofício da Junta à Câmara de Cuiabá, em 16/04/ 1823. Livro de Correspondência Oficial, 1823. Manuscrito, APEMT, f. 63-64.

Ofício do Governo Provisório de Mato Grosso a José Bonifácio, em 20/08/1823. Livro de Correspondência Oficial, 1823. Manuscrito, APEMT, f. 76.



Mudança de hábito na mobilidade urbana na cidade de Manaus-AM: a utilização do aplicativo Uber

Evandro Brandão Barbosa

Economista, administrador, mestre em educação, doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia e professor do Ensino Superior no Centro Universitário Luterano de Manaus

Fabricio Pinto Rabelo

Profissional da área de comunicações e Pós-Graduado em Banco de Dados

DOI: 10.47573/ayd.5379.2.194.3

RESUMO

O objetivo da pesquisa é identificar os fatores que causaram a mudança de hábito na mobilidade urbana na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, no Brasil, com a utilização do aplicativo Uber, em substituição ao transporte coletivo público. Trata-se de pesquisa bibliográfica e observacional das relações dos usuários com o aplicativo Uber. Entre os resultados da pesquisa encontram-se os seguintes: a comparação entre a dinâmica de acesso ao aplicativo e o acesso ao transporte coletivo; o atendimento dos motoristas do aplicativo aos usuários; nível de segurança dos motoristas e dos usuários do aplicativo.

Palavras-chave: locomobilidade. software. APP.

ABSTRACT

The objective of the research is to identify the factors that caused the change of habit in urban mobility in the city of Manaus, in the State of Amazonas, in Brazil, with the use of the Uber application, replacing public transport. This is a bibliographical and observational research on user relationships with the Uber application. Among the results of the research are the following: the comparison between the dynamics of access to the application and access to public transport; the service provided by the application's drivers to users; level of safety for drivers and application users.

Keywords: mobility. software. APP.

RESUMEN

El objetivo de la investigación es identificar los factores que provocaron el cambio de hábito en la movilidad urbana en la ciudad de Manaus, en el Estado de Amazonas, en Brasil, con el uso de la aplicación Uber, en sustitución del transporte público. Se trata de una investigación bibliográfica y observacional sobre las relaciones de los usuarios con la aplicación Uber. Entre los resultados de la investigación se encuentran los siguientes: la comparación entre la dinámica de acceso a la aplicación y el acceso al transporte público; el servicio que brindan los controladores de la aplicación a los usuarios; nivel de seguridad para los conductores y usuarios de la aplicación.

Palabras clave: movilidad. software. APP.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana na cidade de Manaus é um desafio para a população. O aumento do número de veículos a cada ano e os consequentes congestionamentos dificultam o deslocamento dos ônibus do transporte público e interferem diretamente na qualidade de vida dos habitantes da cidade, porque dificultam a realização de práticas sociais. Diante desse cenário, surge a necessidade de encontrar alternativas para a mobilidade urbana. O aplicativo Uber tem se

destacado como uma opção popular entre os habitantes que podem pagar pelos seus serviços, trata-se “de uma plataforma virtual que conecta motoristas a consumidores, com a finalidade de transportá-los de um determinado local para outro, mediante remuneração” (FAVERA E OLMOS, 2005, p.14). Assim, as pessoas podem escolher o modelo de veículo, a rota e até mesmo o preço que estão dispostas a pagar ao aplicativo Uber; essa é uma opção de transporte na cidade de Manaus em substituição ao transporte coletivo público.

O objetivo da pesquisa foi identificar os principais fatores que levaram cidadãos e cidadãs de Manaus a usar o aplicativo Uber como meio de transporte alternativo, bem como analisar os impactos do uso do aplicativo Uber no bem-estar dos usuários, considerando as vantagens e desvantagens do uso do aplicativo.

A pesquisa é relevante para o estudo do comportamento humano, e o Uber tem influenciado nesse comportamento em Manaus, principalmente no modo como as pessoas se locomovem. Na cidade de Manaus não é diferente, existem vantagens e desvantagens para o uso dessa tecnologia, e a pesquisa executada contribui para o debate sobre o assunto, ajudando a promover uma mobilidade urbana mais sustentável e segura, além de servir de estudos para profissionais especialista em mobilidade urbana.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2021, a população da cidade de Manaus é de 2,2 milhões de habitantes (IBGE, 2021). Em uma cidade com esse número expressivo de pessoas, a mobilidade urbana é um tema de interesse e discussão tanto para governantes quanto para a população. Isso ocorre porque o sistema de transporte coletivo público ainda não é suficientemente eficiente para atender às demandas de uma cidade em constante crescimento populacional.

Com esse cenário, “parte dos usuários do transporte público coletivo na cidade de Manaus, que utiliza o mesmo, está insatisfeita com as prestações de serviços no tecido social” (SILVA, 2019, p. 19). Considerando a insatisfação de uma parcela da população de Manaus e o aumento do tráfego de veículos na cidade, a forma como as pessoas se locomovem tem causado impacto tanto na economia do município quanto no aumento das facilidades para a realização de práticas sociais, como acessar local de trabalho, instituições de saúde, lazer e muitas outras práticas sociais. Nesse contexto, serão analisados os principais fatores influenciadores da tecnologia Uber na mudança de hábitos e no comportamento de mobilidade urbana em Manaus. A seguir, explora-se mais detalhadamente cada um dos fatores e como eles estão moldando a mobilidade urbana na capital do Estado do Amazonas na atualidade.

A plataforma Uber é transformacional no contexto do transporte; não se inclui no contexto de gestão de frotas como sistema analógico.

O termo “gestão de frotas” representa a atividade de reger, administrar ou gerenciar um conjunto de veículos pertencentes a uma mesma empresa. Esta tarefa tem uma abrangência bastante ampla e envolve diferentes serviços, como dimensionamento, especificação de equipamentos, roteirização, custos, manutenção e renovação de veículos, entre outros (VALENTE *et al.*, 2001, p. 1).

Na Uber, a gestão de frotas apresenta outra representatividade porque os veículos não pertencem a um empresário; os diferentes serviços da gestão de frotas do final do século XX não são responsabilidades da plataforma Uber. Os motoristas registram seus veículos na plataforma Uber e assumem os diferentes serviços necessários aos seus veículos.

Internet

Com a chegada da quinta geração da Internet na cidade de Manaus, tem-se um avanço para a conectividade em locais antes com dificuldade de alcance de sinal de Internet, permitindo uma maior acessibilidade em áreas com baixa cobertura de sinal (MARINHO, 2022). Com essa evolução, as pessoas que utilizam um aparelho smartphone com acesso à Internet e que antes tinha dificuldades de acesso em alguns bairros da cidade de Manaus, terão mais liberdade para usufruir dos serviços oferecidos por empresas como o aplicativo Uber, por exemplo, que é uma empresa tecnológica que oferece seus serviços em uma plataforma virtual.

Com a evolução da internet e a facilidade de acessos a aplicativos, o Uber tem crescido na cidade, pois “efetiva-se a partir da plataforma digital que relaciona os motoristas e os consumidores” (CASAGRANDE *et al.*, 2009, p.5). A Internet é uma ferramenta fundamental para a tecnologia Uber. É uma certeza que o uso da internet nos dias de hoje facilita a rotina, tanto para o entretenimento como para uso de negócios. O empreendimento Internet contribui e é o principal fator para que a mudança de hábito de mobilidade urbana acontecesse em Manaus e em outras capitais do Brasil. Onde antes as locomoções de passageiros eram feitas por transportes públicos e empresas de táxis, e que a solicitação era feita por uma ligação telefônica, agora com a Internet e o Uber tais locomoções ficaram mais práticas e mais acessíveis, como consequência da conexão via internet.

Com a internet, os passageiros podem solicitar um carro em tempo real e ver a localização do motorista, que por sua vez, recebe a solicitação de viagem e informações sobre o passageiro e o destino, tudo por meio de aplicativo conectado à internet; além de facilitar a forma de pagamentos e coleta de dados, tudo pela internet.

A facilidade de acesso à Internet ampliado em Manaus, também possibilitou o cadastramento de mais motoristas na plataforma Uber, ampliando assim o número de veículos disponíveis para o atendimento aos usuários. A tecnologia Uber, portanto, aliada à melhoria na conexão da Internet, criou uma opção viável e popular de mobilidade urbana na cidade de Manaus.

Segurança

Um fator predominante no processo de mudança de hábito em curso na mobilidade urbana é a confiança - a segurança que o aplicativo Uber oferece para o usuário do serviço. Em uma reportagem do jornal G1AM, Fontenele (2023) afirma que os usuários do transporte coletivo reclamam por falta de segurança, onde o professor Tiago Souza, que precisa diariamente do serviço de transporte público, diz que já foi assaltado quatro vezes em ônibus do transporte público coletivo; diz o professor: “Levaram itens pessoais, joias, cordão e pulseira. Hoje eu até evito sair com esses itens para evitar de ser assaltado novamente”. De acordo com a reportagem “Insegurança nos ônibus e terminais” (A CRÍTICA, 2022), existe uma repetição nos relatos da situação dramática dos passageiros, que são alvos dos assaltos, e sem respostas efetivas por parte das autoridades da cidade para garantir segurança aos usuários do transporte coletivo. Os

assaltos, principalmente a ônibus, são os principais problemas de segurança nos transportes coletivos da cidade de Manaus. Esses crimes são frequentes, e geralmente envolvem indivíduos armados que abordam ônibus durante o trajeto e roubam os passageiros. Além disso, a falta de segurança nas paradas de ônibus também é uma preocupação, com muitos casos de assaltos e outros crimes violentos ocorrendo nesses locais.

Diante de todos esses fatos, a população é forçada a utilizar menos um tipo de transporte que não oferece segurança, pois a segurança é uma das necessidades essenciais estudadas pelos sociólogos, como afirma Maslow (1943) *apud* Cavalcanti *et al.* (2020, p.3): “este tipo de necessidade é fundamental para garantir a sobrevivência dos seres humanos, sendo definida como a falta de proteção. Pode ser observada quando ocorre uma reação ao perigo evidente e a estímulos ameaçadores, sendo esta reação considerada instintiva”. Além disso, a segurança descrita por Maslow não se limita apenas à segurança física, mas também financeira, pois as pessoas precisam de segurança para se sentirem protegidas e capazes de prosperar e se sentirem plenamente satisfeitas em suas vidas.

Diante da falta de segurança no transporte coletivo em Manaus, o Uber tem se posicionado com campanhas sobre segurança, trabalhando “com recursos de tecnologia para contribuir com a segurança e permitir uma viagem mais segura” (UBER, 2023). O Uber é uma empresa que tem se preocupado com a segurança dos usuários e dos motoristas. Desde seu lançamento, a empresa tem se esforçado para implementar medidas de segurança rigorosas em sua plataforma digital, com o objetivo de garantir que os usuários do serviço possam fazê-lo com confiança e tranquilidade.

Sendo assim, os serviços prestados pela empresa oferecem diferentes tipos de segurança: as viagens são registradas por GPS; checagem de antecedentes criminais; sigilos de informações confidenciais; checagens de rota, ligação para a Polícia, dentre outros. A relação de confiança entre a plataforma e os clientes, a certeza de que as informações dos clientes não serão usadas para outros fins pelo aplicativo e a garantia do veículo estacionar no local de destino, sem que o cliente entre em contato com qualquer outra pessoa, são fatores que fizeram com que a população mudasse seu hábito e migrasse para a utilização desse tipo de serviço prestado pelo Uber.

Economia e mercado

Um terceiro fator predominante para essa mudança de hábito está relacionado com economia e mercado. Júnior e Luciano (2016) afirmam que a Teoria da Perspectiva, desenvolvida por Daniel Kahneman e Amos Tversky, em 1979, consiste na teoria da Psicologia Cognitiva que detalha a maneira como indivíduos escolhem entre alternativas que envolvem, direta ou indiretamente, riscos. Esses riscos possuem probabilidades de resultados incertos. Resumindo, é uma teoria que explica como as pessoas podem ganhar ou perder alguma coisa. E o Uber usa essa teoria para fazer com que as pessoas escolham o serviço dele ao invés de usar o transporte coletivo. Eles mostram as vantagens do Uber de uma forma muito mais atrativa e interessante, fazendo com que a população queira experimentar e usar o serviço. Um serviço com preço acessível e facilidade de uso.

O Uber usufrui das características da era da informação com uma plataforma inteligente, em condições de atender às necessidades de usuários com mobilidade urbana deficitária nas

grandes cidades. Diferentemente de empresas sem o preparo adequado à integração tecnológica, a Era da Informação tem sido totalmente favorável às operações do Uber.

A Era da Informação trouxe um novo contexto e uma avalanche de problemas para as organizações. Pegou a maior parte das organizações totalmente despreparadas para a nova realidade. A velocidade e a intensidade das mudanças foram além do que se esperava. O diferencial entre o que as organizações estão fazendo e o que elas deveriam fazer tornou-se enorme e inultrapassável (CHIAVENATO, 2004, p. 578).

O Uber faz o diferencial com tecnologia, pois foi desenvolvido para ser simples, ágil, flexível e eficiente. Isso significa que o sistema foi projetado para funcionar bem em conjunto com as equipes de motoristas e atender às necessidades dos usuários de maneira rápida e fácil, além de estar focado na satisfação do cliente, estando sempre à procura de melhorias para oferecer a melhor experiência possível aos seus usuários. Isso permitiu que o Uber, na cidade de Manaus, se tornasse líder em seu setor, oferecendo um serviço de transporte confiável e conveniente para a população, com mudanças no hábito da mobilidade urbana.

Os motoristas da plataforma Uber, na cidade de Manaus, apresentam uma peculiaridade em relação ao atendimento. A observação do comportamento dos motoristas da Uber mostra a ausência de solicitude quanto aos usuários que utilizam a Uber. Senhoras retornando de supermercado com sacolas cheias de produtos embarcam nos veículos da Uber e, sozinhas, colocam as compras no porta-malas do veículo e o motorista permanece sentado. Ao chegar ao destino, o motorista permanece quieto no seu banco e a passageira idosa sozinha retira as compras do porta-malas, sem qualquer auxílio ou cooperação do motorista da Uber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das facilidades que influenciam a migração do transporte coletivo para a tecnologia Uber, tais como a facilidade com o uso da Internet, a confiança que o aplicativo oferece e as vantagens econômicas que o aplicativo disponibiliza no mercado, existem também fatores que vão contra esse avanço tecnológico e a mudança de hábito na mobilidade urbana. Por exemplo, a Internet, que foi um dos facilitadores para a propagação do Uber, mas a solução para o problema de mobilidade urbana requer mais do que tecnologia integrada à Internet. A vontade política é uma arma útil à solução de problemas urbanos, como a mobilidade.

A conexão via Internet apresentou-se inicialmente como ampla, geral e irrestrita, quando todos estariam conectados de alguma forma. No entanto, a segurança e a confiança que a tecnologia do aplicativo oferece não corresponde ao meio onde a plataforma Uber se encontra hospedada. A Internet não possibilita a conexão de todos, porque nem todos têm acesso às tecnologias suportadas pela Internet. A segurança e a confiança na Internet são líquidas, instáveis e convenientes.

Problemas do mundo analógico não estão descartados do ambiente onde o Uber transita na Internet, como o assédio moral ou sexual de um motorista de aplicativo; o desacordo entre usuário e motorista do aplicativo sobre o valor final da corrida; e, por fim, não há como entender a descortesia de motorista do Uber em não auxiliar a usuária a colocar as compras do supermercado na mala do veículo, e muito menos auxiliá-la com as compras no momento do desembarque.

Portanto, as vantagens e desvantagens dos fatores apresentados pelo aplicativo Uber contribuem para que haja mudança de hábito na mobilidade urbana em Manaus. Os fatores apresentados como resultados da pesquisa indicam a necessidade de pesquisa de campo, cujos sujeitos pesquisados sejam usuários e motoristas do aplicativo Uber. Para assim, ampliar as discussões sobre as relações desenvolvidas na plataforma Uber.

REFERÊNCIAS

- A CRÍTICA. [Insegurança nos ônibus e terminais]. A Crítica, 14/12/2021. Disponível em : <https://www.acritica.com/opiniao/inseguranca-nos-onibus-e-terminais-1.218513>. Acesso em: 12 abr.2023.
- CASAGRANDE, L. *et al.* Motorista de Uber Não é Empreendedor, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/xm94xnh5ygKkkLxYDr8t4ck/?lang=pt>.
- CAVALCANTI, T. M. *et al.* Hierarquia das Necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/X4Cm9CPhzCCSxzGfZ9TBVzh/>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- CHIAVENATO, I. Administração - Teoria, Processo e Prática. São Paulo. Elsevier Editora Ltda, 2004.
- FAVERA, R. B. D.; OLMOS, O. M. Q. A Polêmica Em Torno Do Aplicativo Uber No Brasil: Argumentos De Direito Contra E A Favor Da Sua Manutenção. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14260/2702#:~:text=O%20Uber%20%C3%A9%20uma%20empresa,local%20para%20outro%2C%20mediante%20remunera%C3%A7%C3%A3o>
- FONTENELE, H. Passageiros apontam insegurança nos ônibus de Manaus; SSP diz que roubos caíram 8%. G1 AM, Manaus 22 de mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/03/22/passageiros-apontam-inseguranca-nos-onibus-de-manaus-ssp-diz-que-roubos-cairam-8percent.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html>. Acesso em 12 de março de 2023.
- SILVA JUNIOR, D.; e LUCIANO, E. M. Teoria da Perspectiva e os Riscos Envolvidos no Processo de Tomada de Decisão: Análise de Conteúdo em Artigos do ProQuest, 2016. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10053/2/Teoria_da_Perspectiva_e_os_Riscos_Envolvidos_no_Processo_de_Tomada_de_Decisao_Analise_de_Conteudo_em_Artigos_do.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.
- MARINHO, G. Internet 5g chega em Manaus no dia 30 de setembro. A Crítica, Manaus, 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.acritica.com/geral/internet-5g-chega-a-manaus-no-dia-30-de-setembro-1.281970>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- SILVA, D. Q. J. *et al.* As Carências no Cenário do Transporte Público nas Perspectivas dos Usuários na Cidade de Manaus, 2019.
- UBER TECHNOLOGIES, INC. Viaje com Segurança. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/ride/safety/>. Acesso em: 12 abr. 2023
- VALENTE, A. M.; PASSAGLIA, E.; NOVAES, A. G. Gerenciamento de Transporte e frotas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

Capítulo

04



Trindade-GO: um lugar sagrado

Idaibes da Páscoa Silva

DOI: 10.47573/ayd.5379.2.194.4

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discorrer sobre Trindade – Go: Um Lugar Sagrado, bem como refletir sobre a trajetória histórica que transformou a cidade em um lugar sagrado para os católicos, que atrai cerca de 4 milhões de fiéis anualmente. Para que seja possível conceituar lugar e sagrado, é preciso discutir algumas das diferentes interpretações desses conceitos. O lugar tem um significado bem mais amplo do que apenas o de uma localidade definida por latitudes e longitudes as quais determinam as coordenadas geográficas de um determinado lugar. O sentido de lugar também se refere às experiências vividas pelas pessoas e que marcam a trajetória de sua história, além das mudanças que acontecem no campo religioso, as quais são significativas e profundas, como aquelas compreendidas na organização ou mesmo nos objetivos das religiões. O lugar sagrado se relaciona com a santidade, em geral, o estado de ser “solo sagrado” que é percebido pelos religiosos como locais associados com o divino, em Trindade, o Pai Eterno, o criador, o sobrenatural ou sagrado quando considerados dignos de respeito e devoção espiritual, ou que inspiram temor ou reverência entre os crentes em um determinado conjunto de ideias espirituais. Busca-se, nesse sentido, compreender o que levou Trindade a torna-se um lugar sagrado.

Palavras-chave: lugar. lugar sagrado. religião. sobrenatural. Trindade.

ABSTRACT

RESUMEN: El propósito de este estudio es discutir Trindade - Go: Un lugar sagrado, así como reflexionar sobre la trayectoria histórica que transformó la ciudad en un lugar sagrado para los católicos, que atrae a unos 4 millones de fieles al año. Para poder conceptualizar el lugar y lo sagrado, es necesario discutir algunas de las diferentes interpretaciones de estos conceptos. El lugar tiene un significado mucho más amplio que el de una ubicación definida por latitudes y longitudes que determinan las coordenadas geográficas de un lugar determinado. El sentido de lugar también se refiere a las experiencias vividas por las personas y que marcan la trayectoria de su historia, además de los cambios que ocurren en el campo religioso, que son significativos y profundos, como los que se entienden en la organización o incluso en los objetivos de las religiones. El lugar sagrado está relacionado con la santidad, en general, el estado de ser “terreno sagrado” que los religiosos perciben como lugares asociados con lo divino, en Trindade, el Padre Eterno, el creador, lo sobrenatural o sagrado cuando se lo considera digno de respeto espiritual y devoción, o que inspiran temor o reverencia entre los creyentes en un conjunto particular de ideas espirituales. En este sentido, buscamos comprender qué llevó a Trindade a convertirse en un lugar sagrado.

Palabras clave: lugar. lugar sagrado. religión. sobrenatural. trinidad.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, visa compreender o que tornou a cidade de Trindade, estado de Goiás, em um lugar sagrado para os católicos, bem como refletir sobre sua trajetória histórica que transformou a antigo Barro Preto, no terceiro destino religioso do Brasil, e ainda abrigar dois patrimônios históricos nacional. O estudo objetiva ainda diferenciar lugar e lugar sagrado.

Existem dois tipos de lugares de grande valor para as religiões, os Santuários, conheci-

dos como templos e igrejas onde os sacerdotes realizam os rituais e os fiéis se encontram para rezar e realizar todos tipos de atividades de sua religião, muitas vezes é tido como a morada de sua divindade. E os Lugares Sagrados que também são vistos como a morada dos espíritos ou deuses e se localizam nas mais diversas localidades como montanhas, bosques, rios e até cidades inteiras, são considerados sagrados por motivos como a passagem de alguém considerado divino pelo lugar e são visitados em ocasiões especiais quando são celebradas cerimônias, em Trindade a culminância da festa é no primeiro domingo do mês de julho, quando reúne cerca de três milhões de devotos.

A Religião sempre esteve inserida na cultura do homem, desde cedo ele aprendeu e desenvolveu crenças em seres sobrenaturais. E uma das mais visíveis funções dessas crenças é a de explicar o inexplicável, criando uma razão para a existência da humanidade e seres superiores aos seres humanos.

Analisar ainda o papel que a Igreja Católica de Trindade exerce sobre os devotos do Pai Eterno. Sendo assim, as ideias apresentadas ao longo deste trabalho demonstram que é necessário considerar a dimensão espacial do lugar, para entender suas dinâmicas de atrair romeiros, mediante ao ato de fé ao Pai Eterno. Isso porque, na cidade de Trindade, é possível perceber a continuidade de uma tradição crescente da fé católica, e, por conseguinte, os aspectos culturais que dela emanam ao logo de aproximadamente dois séculos de devoção inicialmente a Santíssima Trindade, hoje Divino Pai Eterno.

Para interpretar o fascínio que Trindade, exerce sobre os fiéis, exige-se o entendimento da valorização dos símbolos, do lugar, da cultura e a relação dos significados mais diversos que transformam Trindade em um lugar sagrado, diferenciando-o e, também, qualificando-o com características que só existem em Trindade, devido ser o único Santuário Basílica do mundo dedicado ao Divino Pai Eterno.

Por este viés, o estudo busca fazer um recorte, na formação histórica de Trindade, buscando assim, compreender a origem, o desenvolvimento e a organização da Romaria do Divino Pai Eterno, diante à tradição e a preservação da cultura e a fé dos devotos ao Divino Pai Eterno.

O estudo ainda, evidencia a influência que a tradição da Romaria, exerce sobre os fiéis. A peregrinação que leva os romeiros a Trindade todos os anos, com a finalidade de pagar promessas, agradecer as bênçãos recebidas pelos mantimentos produzidos, a cria do gado, a curas das doenças e até mesmo uma aprovação em um concurso o vestibular, reforçar seus votos de fé, e o que torna Trindade um lugar sagrados pelos católicos. Eles mantêm a tradição da romaria que se perpetua por mais de 170 anos e que atualmente reúne nos meses de junho e julho cerca de 3 milhões de fiéis.

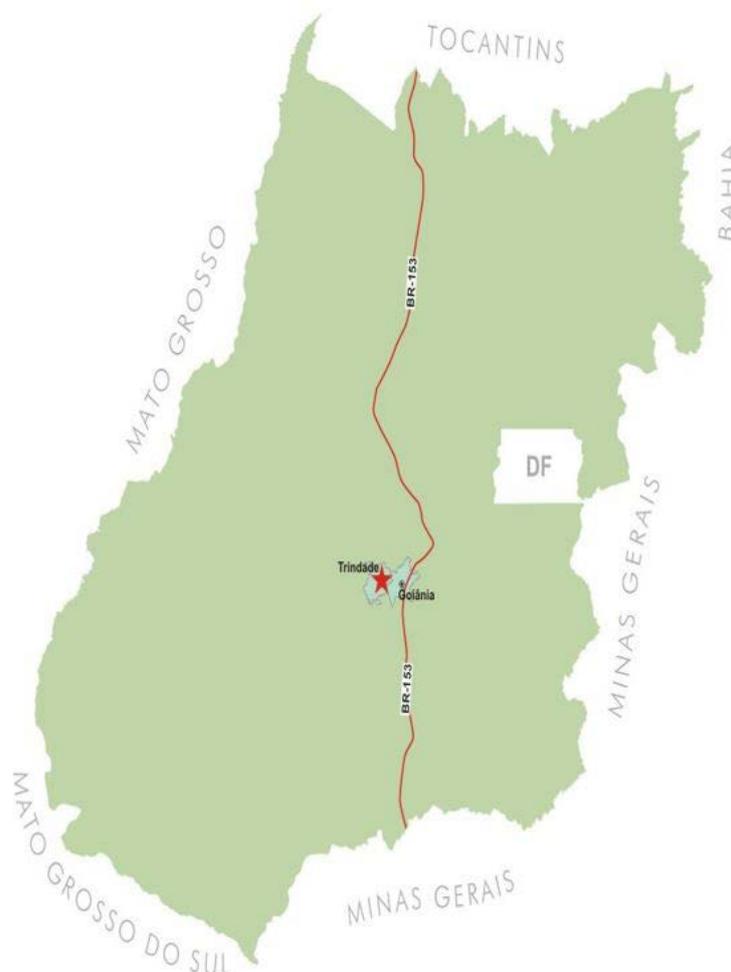
A FORMAÇÃO HISTÓRICA, CULTURAL E RELIGIOSA DE TRINDADE

A cidade de Trindade, hoje município da região metropolitana de Goiânia, capital do estado de Goiás, nasceu a partir do encontro entre a fé, devoção e crença na Santíssima Trindade. Isso fez com a cidade ficasse conhecida como “a Capital da Fé dos Goianos”, que recebe cerca de 4 milhões de devotos, anualmente. São fiéis provenientes de vários estados brasileiros e, até mesmo do exterior, vêm para celebrar a festa em louvor ao Divino Pai Eterno, único Santuário

Basílica do mundo dedicado ao Divino Pai Eterno, cuja culminância da festa é no primeiro domingo do mês de julho.

Na imagem 01, mapa do estado de Goiás, com destaque para o município de Trindade, que tem suas origens a partir de um ato religioso de fé, iniciado desde a descoberta do “medalhão” com a imagem da Santíssima Trindade coroando a virgem Maria, ato que permanece até os tempos atuais. Nesse contexto, faz-se necessário ressaltar que a história da fundação do município de Trindade surgiu desde o tempo que se configurava em um simples arraial, justamente na ocasião da decadência do ciclo do ouro em Goiás, (1840) o qual acontecia devido ao fim da mineração. Com a escassez do ouro houve o desenvolvimento da agropecuária nos municípios goianos, dentre eles o município de Trindade que atraía as pessoas de regiões de mineração para as áreas de agricultura de subsistência e, posteriormente, a agricultura comercial e pastoreiro.

Figura 1 - Mapa de Goiás com destaque para Município de Trindade e de Goiânia. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sep/sep/pub/rank/2003/mapa_trindade.htm>



Segundo o que Jacob (2000, p. 47) descreve: “Na ocasião da decadência do ciclo do ouro em Goiás, no início do século XIX, diversas pessoas ligadas ao setor acabaram se voltando para outros meios de sobrevivência”. E, foi com o intuito de buscar outros meios de sobrevivência próximos ao município de Campininha das Flores, que o casal mineiro de garimpeiros Ana Rosa e Constantino Maria Xavier se mudou para um local próximo ao córrego que daria nome de Arraial do Barro Preto e que neste lugar, às margens do curso-d’água, em 1843, eles encontraram um medalhão com a ilustração da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria.

Para Reinato (2009), o Arraial de Barro Preto deixa de ser chamado por esse nome em 12 de março de 1909, quando é criado o distrito de Barro Preto e alterado o seu nome para Trindade. “Até o ano de 1920, Trindade era um arraial de Campininhas de Goiás, hoje um bairro de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e era mais conhecida como Barro Preto”. Foi emancipada pela lei nº 662 de 16 de julho de 1920, e anexada a Goiânia em 1935, pelo decreto nº 327 de 02/08/1935. “Somente cerca de dez anos mais tarde conseguiu sua autonomia definitiva por decreto-lei nº 8.305 de 31/12/1943” (SANTOS, 1976, p. 23).

Os primeiros fiéis e moradores do Arraial do Barro Preto tornaram-se devotos da Santíssima Trindade, de tal maneira que, em 1854, o próprio arraial já era conhecido pelo nome de Santíssima Trindade do Barro Preto.

Portanto, considera-se que Trindade nasceu a partir do encontro entre a fé e a devoção, o que não deixa de ser verdade. Característica muito particular do município, a crença na Santíssima Trindade fez com que se estruturasse na cidade, o que se conhece hoje como a Capital da Fé dos Goianos.

Nesta premissa, a história, relata peculiaridades e curiosidades que marcaram esse desenvolvimento diante do crescimento da cidade, demonstrando, assim, a evolução dos espaços sagrados que foram organizados em diferentes contextos da relação religiosa, sociocultural e simbólicas de fé, e da tradição de um povo.

Na ocasião, quando chegara ao local, o senhor Constantino enfrentou trabalho árduo na região. Foi nesse trabalho no campo que viu, ao capinar a plantação onde trabalhava, sua enxada bater em algo sólido, rígido e bem similar a uma pedra.

Assim que ele se deu conta do que se tratava, chamou Ana Rosa e, vislumbraram, então, que aquilo não era uma pedra, mas um grande medalhão de barro, de aproximadamente 8 cm. Notaram que havia uma imagem gravada nele, após retirarem toda a terra que o cobria. Reconheceram nele, a imagem da Santíssima Trindade coroando Nossa Senhora.

Como eram religiosos, levaram-no para casa, e todos os dias rezavam o terço à Nossa Senhora, confiando nas orações com muita fé e devoção. Foi assim que a fama das graças recebidas, começou a se espalhar pela vizinhança, fazendo aumentar cada vez mais o número de devotos e fiéis. Iniciou-se naquele singelo local, a devoção à Santíssima Trindade que teve como seu primeiro Santuário a residência do casal, como o “medalhão”, estampado na figura 02, o qual foi encontrado pelo casal de agricultores Constantino Xavier e Ana Rosa.

Figura 2 - Medalhão de barro que deu origem à tradição de fé em Trindade – GO. Fonte: Disponível em: [www.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Medalhão do_Divino_Pai_Eterno.jpg](http://www.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Medalhão_do_Divino_Pai_Eterno.jpg).



Considerando o grande número de devotos, moradores vizinhos e familiares que passaram a reunir-se para rezarem o terço, Constantino comentou o interesse em levantar um cruzeiro em frente à sua casa, como era costume na época. Em bem pouco tempo, o espaço já não conseguia acolher tanta gente para a oração e foi necessário se pensar a construção de um templo maior para o exercício religioso.

Conforme Gomes (2005, p. 15) isso se deu “por volta de 1843, em decorrência do grande número de pessoas que procuravam aquele local, Constantino construiu uma capela com folhas de Buriti onde ficaria exposto o medalhão”. Na ocasião, o escultor Veiga Valle¹, de Pirenópolis, havia produzido uma réplica maior do medalhão, esculpida em madeira, que deveria ficar exposta ali na capela.

Com o fortalecimento da fé e, sentindo a necessidade de ampliar o espaço do templo, Constantino Xavier efetuou a doação de um terreno nas imediações do córrego Cruz das Almas, descendo pelo córrego Barro Preto, local onde foi construído o atual “Santuário Velho” (Igreja Matriz) considerado este, o segundo Santuário do Divino Pai Eterno, hoje conhecido como Santuário Velho ou Igreja Matriz.

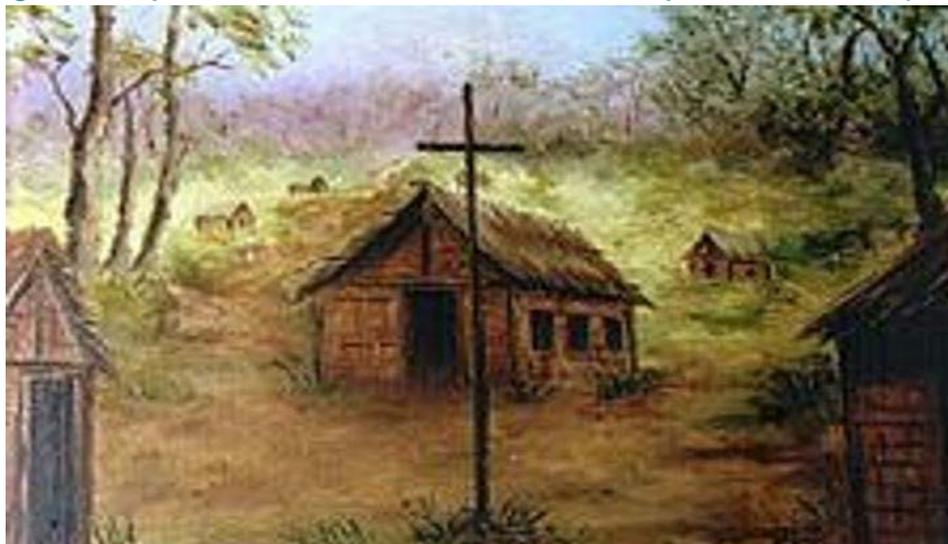
A escolha do local deve corresponder à vontade de forças superiores, invisíveis, que regem a vida dos homens. Escolhido o local para ereção da capela e construída está, não ocorre mais dúvida da presença divina neste lugar. “É que, embora Deus esteja em toda a parte, há locais privilegiados em que ele se manifestou e basta que os fiéis queiram comemorar tal evento para que essas lembranças efetivamente sejam preservadas no imaginário religioso” (HABBWACHS, *apud*: ROSENAHL, 1999, p. 44).

Na ocasião, a Romaria continuava atraindo sempre mais e mais pessoas, até que a Capelinha de folhas de buriti não mais comportou o número de devotos que para o local se dirigia. Vale a pena dizer que a primeira Capela ficou conhecida como “Casa de Oração”, figura 3, provavelmente, construída em 1843. Portanto, devido à necessidade de ampliar o Espaço Sagrado,

¹ Veiga Valle - José Joaquim da Veiga Valle, em geral conhecido simplesmente por Veiga Valle, foi um artista escultor e dourador em Goiás, no Brasil. Sua formação artística é pouco conhecida e supõe-se que seja autodidata escultor da imagem do Divino Pai Eterno de Trindade.

Constantino Xavier construiu uma segunda capela; depreende-se isso do relato do historiador Jacob.

Figura 3 - Capela com folhas de Buriti onde ficaria exposto o medalhão (1843)



Para Jacob, (2000, p. 44) “A história relata peculiaridades e curiosidades, que marcaram a participação dos fiéis no templo religioso de Trindade que no início tinha suas celebrações, numa singela capela coberta por palhas”. A cidade necessitou passar por constantes melhorias em suas infraestruturas e instalações físicas para oferecer um espaço acolhedor aos romeiros.

Era poético o arraialzinho do Barro Preto. Várias casinhas de folhas de Buriti. No centro a capelinha, também de Buriti. No clarão do dia, homens na roça mulheres no trabalho doméstico. (PE. JOÃO CARDOSO SOUZA, SANTUÁRIO DE TRINDADE nº 32 de 29/06/1958).

Como já foi dito, a restauração da imagem ficou por conta do renomado artista José Joaquim Veiga Valle que residia, na época em Pirenópolis – Veiga Valle achou por bem confeccionar uma escultura maior da Santíssima Trindade – esculpida em madeira. Foi Constantino Maria Xavier quem se dirigiu a Pirenópolis (GO), a mais de 140 km de distância da atual Trindade, para encomendar uma réplica, em tamanho maior, da figura estampada no medalhão encontrado.

No entanto, em vez da réplica, o artista plástico Veiga Valle fez uma imagem de aproximadamente 30 cm, em madeira. Sem dinheiro para pagar pela maravilha da obra, Constantino deixou o próprio cavalo em troca da imagem e voltou a pé para Trindade. Foi recebido em festa por todos da cidade. Naquele momento, surgia, também, a tradição da peregrinação anual, que é preservada até a atualidade. Surgia, e, num ritmo acelerado foi se constituindo de tal modo que hoje já ultrapassa as fronteiras brasileiras.

Com a repercussão e o aumento da devoção, começaram a peregrinação, a Romaria dos Carros de Bois, hoje patrimônio imaterial da cultura brasileira, registrado no livro de tradições do IPHAN. Os carros de bois, à época, era o principal meio de transporte usado na zona rural, seja para a lida diária seja para as viagens de longas distâncias. Diante deste ato de fé, origina-se a tradição da devoção ao Divino Pai Eterno materializada nas romarias dos carros de bois, tropeiros e peregrinação, culminando em um grande ato de fé e devoção à Santíssima Trindade.

Conforme relata padre Antônio Gomes C.Ss.R., em seu livro “O Divino Pai Eterno e o Santuário de Trindade”, em 1891: Em visita ao Distrito de Barro Preto, o bispo notou má fé e exploração dos membros da Comissão ou Irmandade do Santuário, exigindo então que prestassem contas. Depois de comprovados gastos indevidos D. Eduardo extinguiu a comissão formada, nomeando como administrador do que hoje é a Matriz de Trindade, o padre Francisco Inácio de Sousa (GOMES, 2005, p. 21).

Quatro anos depois, padres redentoristas vindos da Alemanha, e que haviam fixado residência em Campinas, foram ao povoado para organizar a romaria que se aproximava. Números da Igreja mostram que naquele ano (1895) houve 600 comunhões, 30 casamentos e 80 batizados, o que comprovou a necessidade de organização mediante a crescente devoção.

O crescente número de fiéis aliado à ausência de um representante da Igreja Católica, porém, não agradou nada a Dom Eduardo Silva, bispo de Goiás, pois o bispo notou má fé e exploração dos membros da Comissão ou Irmandade do Santuário, exigindo, então, que lhe prestassem contas. Depois de comprovados gastos indevidos, D. Eduardo extinguiu a comissão formada, nomeando como administrador do que hoje é a Matriz de Trindade, o padre Francisco Inácio de Sousa (GOMES, 2005, p. 21).

Com a decisão do bispo em tomar rédeas da romaria, houve o conflito entre fazendeiros, encabeçado pelo coronel Anacleto Gonçalves, que foi o ponto de partida para o que culminou na saída dos padres do arraial em 1900. Nesse período, todos os trabalhos religiosos foram transferidos para Campinas.

A igreja foi levantada sob a direção do Missionário Redentorista Pe. Antão Jorge e, como os recursos eram escassos naquela época, a Igreja Matriz foi toda construída em adobe, uma espécie de tijolo rústico, feito da mistura de barro e palha de arroz. Em 2012, quando completou 100 anos, o Santuário foi reconhecido como patrimônio cultural do Brasil pelo IPHAN. Assim, a Igreja como espaço de fé, elevou sua arquitetura em estilo interiorano e, conservando o estilo de sua construção enquanto primeira Casa de Oração, incluiu o cruzeiro na Praça, como referência.

Figura 4- Igreja Matriz de Trindade: Trindade, GO – 1920.



Fonte: Google Imagens

Na Figura 4, fotografia de 1920, é possível analisar a Igreja Matriz como ponto principal

da cidade em razão de sua edificação. A instituição é centralizada na cidade de Trindade. Observa-se que há a manutenção de seu estilo por décadas e décadas. Nela, há a entrada principal e as duas torres em destaque.

É essencial conhecer bem o espaço anterior ao território. Os territórios formam a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O número de fiéis que procuravam o Município de Trindade para professar a fé aumentava, consideravelmente, passando a ser visitado por Romeiros da Santíssima Trindade. A ação dos redentoristas foi decisiva na transformação da devoção da Santíssima Trindade para o Divino Pai Eterno, como se vê na ocasião da Festa que têm a sua culminância ao primeiro domingo de julho de cada ano, momento em que a cidade de Trindade se transforma para receber uma multidão de Romeiros.

O QUE TORNA TRINDADE UM LUGAR SAGRADO?

Para que seja possível conceituar lugar e lugar sagrado, é preciso discutir algumas das diferentes interpretações desses conceitos. O que é um lugar? Que significado tem “o lugar”? Quais as características do “lugar”? E o sagrado, como conceituá-lo? Qual a relação do lugar com o sagrado? Como surge um lugar sagrado? Qual a relação do sagrado com o “lugar”? O lugar tem um significado bem mais amplo do que apenas o de uma localidade definida por latitudes e longitudes as quais determinam as coordenadas geográficas de um determinado lugar. Está além de um simples espaço ao qual se atribui medidas em quilômetros quadrados, milhas ou pela distância que o separa de outras localidades, dentre outras características que o definem.

O sentido de lugar também se refere às experiências vividas pelas pessoas e que marcam a trajetória de sua história, além das mudanças que acontecem no campo religioso, as quais são significativas e profundas, como aquelas compreendidas na organização ou nos mesmos objetivos das religiões.

Estas mudanças trazem consequências, como, o fato de que, as Instituições religiosas passam a direcionar, muitas vezes, suas ações, para moldar e adaptar-se de acordo com as novas exigências das políticas públicas, as quais implicam as transformações do lugar .

Para Leite (1998), essas mudanças no que se refere ao lugar, têm sido alvo de diversas interpretações ao longo do tempo e pelos mais variados campos do conhecimento, além de ser um mero espaço geográfico. São construídos e modificados a partir das experiências e dos sentidos que vão adquirindo com o passar do tempo, diante dos seus significados, e suas relações culturais. Assim,

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] O lugar pode adquirir profundo significado para o adulto mediante o contínuo crescimento de sentimento ao longo dos anos. [...] O lugar é um mundo de significado organizado. (TUAN, 2013, p. 14, 47, 219).

O lugar tradicional descrito por Mocellim (2009, p. 38) é definido por Augé (2012, pg. 52) como lugares antropológicos, e ambas as expressões possuem semelhanças com relação aos seus significados.

Reservamos o termo de “lugar antropológico” àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. (AUGÉ, 2012, p. 51).

Para Mocellim (2009, p. 53), os lugares se caracterizam pelo fato de serem “altamente identitários”, habitados com relações sociais mútuas, de grande intimidade entre os que vivem ali e que se identificam com a história e memória.

[...] o lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não têm que ser objetos de conhecimento.

O significado de “lugar”, para o indivíduo ou o grupo, depende também de um fator determinante: o tempo. E esse, conseqüentemente, está ligado também ao espaço. O tempo que se vive ou se viveu em um espaço e o tempo que esse espaço fez parte da vida desse indivíduo, e que está relacionado ao seu cotidiano pessoal ou coletivo.

O sentido de lugar é adquirido após um tempo. Quanto tempo? Podemos dizer, geralmente, que quanto mais tempo permanecermos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira. (TUAN, 2011, p. 14).

Conforme o autor, espaço e tempo são ideias que possuem significados variados em diferentes campos do conhecimento e da vida cotidiana. Explica ainda que é mais comum se associar espaço e lugar do que espaço e tempo, pelo menos no dia a dia. Para ele, o espaço não é uma ideia, e sim um conjunto de ideias, enquanto o lugar é um espaço estruturado. Tempo, segundo Tuan (2011), é outra ideia complexa e esquiva.

“Aqui” e “ali” implicam “agora” e “depois”. Aqui é agora e ali é depois, depois significa, também, um tempo passado ou futuro. Ali implica aqui, depois implica agora, mas o inverso não é necessariamente verdadeiro. [...]. “Remoto” significa “há muito tempo”. “Há muito tempo em um lugar distante” é o início tradicional das fábulas. [...]. Os termos espaciais “ponto de partida” e “meta” é, ao mesmo tempo, uma localização no espaço e uma posição no tempo. (TUAN, 2011, p. 9-10).

O espaço e o tempo fazem parte da história e neles formam-se os usos do lugar, as experiências vividas e que dão significado para as pessoas ou grupos. Desse modo, deixa de existir apenas um espaço e torna-se um lugar, o lugar das amizades, dos relacionamentos, dos momentos vividos ao longo do tempo, a exemplo de Trindade, são mais de 170 anos. Que ligação existe entre espaço e lugar? Como um espaço torna-se um lugar? O que é um espaço? O espaço dá sensação de liberdade, de amplitude.

O espaço não é do indivíduo, não estabelece vínculo como o lugar. Mas se no espaço passa-se a construir momentos e história de vida, a estabelecer relacionamentos, vivências, vínculos, ele adquire significado, e torna-se um lugar, e em Trindade um lugar sagrado.

‘Em suma, o espaço é um lugar praticado’. Não se define espaço e lugar sem que se fale de cultura. Conforme Tuan (2013), a cultura é desenvolvida unicamente pelos seres humanos, e para cada cultura pode existir uma definição diferente de lugar. (CERTEAU, 2014, p. 184).

O autor destaca que em alguns contextos é apenas um espaço para alguns, sem nenhum significado, para outros pode ter grande importância, dependendo da cultura e até do sa-

grado. Na relação espaço e lugar, seus significados tendem a se fundir.

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa. (TUAN, 2013, p. 14).

Comumente relacionamos o espaço apenas a uma área a ser ocupada, a uma distância entre objetos, a uma vaga. Ferreira (2001, p. 308) define espaço como a “distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados”. O autor pontua, entretanto, que o espaço pode ser visto de maneiras diferentes, dependendo de quem o olha, ou de como se olha. E indaga: há espaço para mais uma pessoa? Para responder à questão, Tuan (2011) lembra que, na linguagem técnica, o espaço dos astrônomos tem pouco em comum com o espaço dos geógrafos ou dos arquitetos, o mesmo ocorrendo com o espaço de uma rua, de uma praça, de uma cidade, os espaços ocupados ou os espaços vazios.

O espaço difere-se de lugar exatamente pelo significado que adquire, com o tempo, a experiência e a vivência. Carlos (2007) afirma que há uma dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana, na qual se estabelece um vínculo entre o que vem de fora e o que vem de dentro, ou seja, todas as influências ao redor, que se estabelece no plano vivido e produz o conhecido e o reconhecido.

Assim, pontua a autor, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as dimensões, pois o lugar recebe a influência da cultura, da tradição e dos hábitos, e tudo mais que vem de dentro, de seus habitantes, daqueles que vivem ali e direcionam os seus usos. No entanto, ressalta Carlos (2007), também recebe a influência do que vem de fora, daquilo que vai se edificando como consequência das mudanças em seu entorno, da evolução econômica, do crescimento e do desenvolvimento da cidade, e do processo constituído mundialmente, por exemplo, as influências do capitalismo, da divisão do trabalho e de todos os aspectos que giram em torno da economia.

O lugar é à base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17).

Entretanto, é sempre o lugar no qual se desenvolve um vínculo e as relações sociais. Os seus habitantes definem o sentido desse lugar, ainda que diante de muitas mudanças.

O lugar não é mais o mesmo que sempre foi. Ou mais, os lugares não são os mesmos que foram outrora. Um mesmo espaço pode mudar ao longo da história. Os espaços ocupados podem ser os mesmos, mas é certo que todas as mudanças nele promovidas são acompanhadas por uma resignificação dos sentidos que lhe são atribuídos. São os mesmos espaços, mas diferentes lugares. (MOCELLIM, 2009, p. 77).

Na visão de Mocellim (2009), é aquele no qual atua a “solidariedade mecânica”, um conceito, segundo o autor, utilizado por Durkheim (1978) para demarcar um modo de vida, no qual são estabelecidos os vínculos morais entre os membros de um dado grupo social. Nesse contexto, a solidariedade ocorre dentro de cada grupo e de acordo com a posição que esses grupos ocupam na sociedade. Ou seja, não alcança os que se encontram fora dele.

Conforme destaca o autor supracitado, o lugar sagrado se relaciona com a santidade, em geral, o estado de ser “solo sagrado” que é percebido pelos religiosos como locais associados com o divino, o Pai Eterno, o criador, o sobrenatural ou sagrado quando considerados dignos de respeito e devoção espiritual, ou que inspiram temor ou reverência entre os crentes em um determinado conjunto de ideias espirituais.

Em outros contextos, os objetos são muitas vezes considerados santos ou sagrados, se utilizados para fins espirituais, como o culto dos deuses ou serviço. Desta forma, Trindade transformou em um lugar sagrado.

O QUE CONDUZ OS ROMEIROS AOS SANTUÁRIO BASÍLICA DO PAI ETERNO?

Trindade tem como principal ponto turístico o Santuário Basílica Menor, o local chama atenção dos peregrinos ainda na rodovia GO-060, conhecida por Rodovia dos Romeiros, pela grandiosidade do Santuário Basílica. Não é à toa, afinal de contas, o templo resguarda a imagem feita pelo artista Veiga Valle, inspirada no medalhão encontrado pelo casal Constantino Maria Xavier e Ana Rosa em 1840, às margens do córrego do Barro Preto.

Dos relatos mais impressionantes do turismo religioso de Trindade, estão as histórias dos romeiros que viajam a pé de diversos destinos até o Santuário Basílica. Por isso, quem viaja pela rodovia dos Romeiros, figura 05, pode ver, no final de junho e início de julho, uma grande movimentação de fiéis pela rodovia dos Romeiros, via mais movimentada de acesso a Trindade.

Figura 5 - Percurso feito a pé por romeiros entre Goiânia e Trindade.

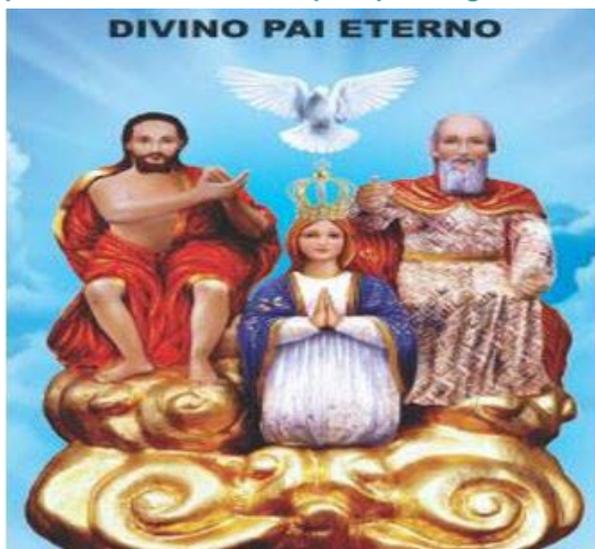


Foto: Arte/TV Anhanguera.

As épocas festivas e religiosas movimentam a economia de Trindade e as cidades circunvizinhas por onde passa os devotos do Pai Eterno rumo ao Santuário Basílica.

O que leva os romeiros ao Santuário Basílica do Pai Eterno? Conhecer a história da Santíssima Trindade? Conhecer o Santuário do Pai Eterno? Conhecer a história de Trindade e conhecer a história também de Goiás, do povo goiano, sua diversidade, costumes e fé inabalável. Na imagem da Santíssima Trindade.

Figura 6 - Réplica do Medalhão esculpida por Veiga Valle em Pirenópolis.



Fonte: Google.

Na figura 06, os fiéis enxergam a figura do Pai Eterno, o Criador, o Filho e do Espírito Santo corando a Virgem Maria, a Grande Mãe, que ampara nossos sofrimentos, fruto das enormes desigualdades sociais do nosso país, mas também, a esperança de renovar as forças de dias melhores.

Trindade surpreende e emociona pela riqueza do patrimônio histórico da Igreja Matriz ou Santuário Velho. Portanto, o Santuário Basílica Menor onde está exposta a imagem da Santíssima Trindade, recebe um grande número de devotos que o visitam todos os anos.

No Santuário Basílica onde localiza a sala dos milagres, estão os objetos deixados por devotos, como retribuição ao Pai Eterno, por graças alcançadas. A Sala dos Milagres teve início há mais de cem anos, ainda na Igreja Matriz, e depois foi transferida para o Santuário, no final da década de 1970. Guarda o registro de inúmeras bênçãos e manifestos de ação de graças, curas e livramentos recebidos pelos devotos do Pai Eterno.

Esses objetos se configuram em fotografias a pequenos relógios de bolso, próteses dos mais variados órgãos do corpo humano, mostras de cabelo, dentes, fotografias de pessoas doentes que são deixados pela família.

As devoções e as tradições do catolicismo da festa de Trindade em louvor ao Pai Eterno estão marcadas pela ruralidade expressa no apego à tradição, à família, à comunidade, à terra, aos animais.

Os valores da ruralidade enraizados em mais de um século de história goiana é que impulsionam os romeiros de carro de bois a fazerem a mesma romaria todos os anos. Aspectos típicos do urbano como: a centralidade do indivíduo, a secularização, a racionalização burocrática, o afrouxamento dos laços familiares, a fragilidade da comunidade interage de forma complexa com aspectos típicos das ruralidades presentes, no mundo urbano.

A Fé marca a relação do romeiro de carro de boi considerando o ato como espaço de vivência intensa dessa relação de fé, em grande número de pedidos e agradecimentos ao Pai Eterno. Partilha da mesma memória histórica, mostrando que existe uma identidade social con-

siderada fundamental para não se perder no sentido da tradição e fé. Nesse sentido, o processo de tradição à passagem do tempo e as experiências acumuladas formam o que chamamos de memória social. Estas, embora, tenham o reflexo da modernidade, permitem que a história antiga se repita com os mesmos atos de devoção, tornando uma tradição que vai passando de geração em geração e, assim, é preservada até os dias atuais. Prova disso, temos o desfile anual dos carreiros.

O desfile anual dos carreiros está diretamente ligado à tradição e a fé no Divino Pai Eterno. Tímido no início do ano de 1988, o evento reúne no ano de 2018, cerca de 300 carros-de-boi e 2.000 cavaleiros e muladeiros. Devido a este crescimento significativo, a prefeitura construiu em anexo o Parque Municipal o “Carreiródromo Ada Cira” capaz de receber com conforto e mais comodidade tanto os que participam diretamente do encontro quanto aos que assistem à apresentação. (SANTOS, 1992, p. 30)

Os carreiros, por pertencerem a uma tradição e viverem, ainda na área rural, conseguem reproduzir os costumes do passado, carregam influências da vida do campo e, diante das dificuldades encontradas aumentam a devoção, nessa peregrinação para pagar promessas, agradecer as bênçãos recebidas e reforçar seus votos de fé. Demonstram fé ao Pai Eterno, também, diante dos mantimentos produzidos. Assim, na estrada, os participantes passam dias e dias caminhando e viajando em grupos sempre movidos pela fé ao Divino Pai Eterno. De pouso em pouso eles renovam as forças e seguem até Trindade para o tradicional desfile, que atrai muitos romeiros. O desfile é proporcionado pela chegada de diversas comitivas que saem das cidades do interior para o evento.

Atualmente, a Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e tem sua relevância como referência cultural e representatividade da vida rural.

Diante das inovações, existem aqueles que preferem manter fiéis à tradição. Na maioria dos casos, o desfile é algo de família, que mexe muito com a emoção de quem passa por ali. Das arquibancadas, amigos, parentes, devotos e curiosos acompanham o desfile. A passagem nos carros é um momento de ouro para os carreiros. Cada um tem o nome chamado, sendo alguns com direito a versos rimados pelo narrador.

Além de reunir centenas de carros-de-bois, o desfile premia os mais chamativos, o que motiva carreiros e familiares a dar uma atenção especial aos veículos e animais que o tracionam. O desfile anual dos carreiros está diretamente ligado a tradição e a fé no Divino Pai Eterno. Tímido no início (1988), o evento reúne atualmente cerca de 300 carros-de-bois e 2.000 cavaleiros e muladeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou a transformação da cidade de Trindade, estado de Goiás, em um lugar sagrado para os católicos, bem como refletiu sua trajetória histórica que transformou a antigo Barro Preto, no terceiro destino religioso do Brasil, evidenciou a Igreja Matriz ou “Santuário Velho” patrimônio Material e a Romaria dos Carros de Bois, patrimônio imaterial dos Brasileiros.

O estudo diferenciou lugar de lugar sagrado, e a relação que leva os romeiros ao Santuário Basílica do Pai Eterno, para conhecer a história da Santíssima Trindade, conhecer o Santuário do Pai Eterno, que ao conhecer a história de Trindade, o romeiro turista está conhecedo

também a história de Goiás, do povo goiano, sua diversidade, costumes e fé inabalável no Pai Eterno, que atrai anualmente 4 milhões de fiéis, que a coloca em terceiro lugar no turismo religioso do Brasil.

Que a cidade de Trindade surpreende e atrai romeiros pela riqueza do patrimônio histórico da Igreja Matriz ou Santuário Velho, e cultural com o desfile dos carros de bois, que anualmente reúne mais de trezentos carros, no desfile do Carreiródromo Municipal Ada Cira.

Que Trindade um lugar santo para os católicos tem como principal ponto turístico o Santuário Basílica Menor, pois o local chama atenção dos peregrinos ainda na rodovia GO-060, conhecida por Rodovia dos Romeiros, pela grandiosidade do Santuário Basílica. Não é à toa, afinal de contas, o templo resguarda a imagem feita pelo artista Veiga Valle, inspirada no medalhão encontrado pelo casal Constantino Maria Xavier e Ana Rosa em 1840, às margens do córrego do Barro Preto.

Que o lugar sagrado se relaciona com a santidade, o estado de ser “solo sagrado” que é percebido pelos religiosos como locais associados com o divino, o Pai Eterno, o criador, o sobrenatural ou sagrado quando considerados dignos de respeito e devoção espiritual, ou que inspiram temor ou reverência entre os católicos.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Do Santuário de Trindade ao Jornal “Santuário da Trindade”: Reflexões sobre as mudanças de posicionamento religioso dos primeiros Redentoristas alemães em Goiás. Horizonte, Belo Horizonte, out. /dez. 2005.

JACÓB, Amir Salomão. A Santíssima Trindade do Barro Preto. História da Romaria de Trindade. Editora PUC Goiás, Trindade, 2000.

KERSTEN, M. S. de A.; RUBIM, C. R. Memórias vividas, imagens compartilhadas. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

MARX, Murillo. Cidade no Brasil: Terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. v. 1. 130p.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REINATO, Eduardo José Imaginário religioso nos ex-votos e nos vitrais da Basílica de Trindade - GO. História: Debates e Tendências [en linea]. 2008.

Revista Santuário de Trindade nº 32 de 29/06/1958(Pe. João Cardoso Souza).

ROZENDAHL, Zeni. Espaço e Religião. Uma Abordagem Geográfica. 1º Ed. Rio de Janeiro. UERJ, NEPC, 1996.

SANTOS, Paulo. Formação de cidades no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1973.



Fortalecimiento de la formación técnica profesional del estudiante desde la integración a proyectos de desarrollo local

Juana Noa Osorio

Ms. C., Profesora Auxiliar, Centro Universitario Municipal Imías, Universidad de Guantánamo, Cuba. ORCID [https:// Orcid.org /:](https://Orcid.org/) 0000-0002-0838-4956

Norca Favier Chibas

Dr. C., Profesora Titular, Facultad Agroforestal, Universidad de Guantánamo, Cuba. ORCID [https:// Orcid.org /:](https://Orcid.org/) 0000-0001-7767-3981

Adilson Tadeu Basquerote

Dr. C., Profesor en la Universidad Para el Desarrollo del Alto Valle de Itajaí (UNIDAVI), Brasil. ORCID [https:// Orcid.org /:](https://Orcid.org/) 0000-0002-6328-1714.

Eduardo Pimentel Menezes

Dr. C., Profesor en la Universidad del Estado del Río de Janeiro- UERJ y Pontificia Universidad Católica - PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9445-7698>

DOI: 10.47573/ayd.5379.2.194.5

INTRODUCCIÓN

Los cambios económicos y sociales que se contextualizan en la sociedad cubana actual, requieren de procesos transformadores por estar vinculados en los planes futuros del país desde el Programa Nacional de Desarrollo Sostenible, aprobado por el gobierno hasta el año 2030 y que se contextualizan en estrategias locales, y que se contextualizan en estrategias locales, que tienen como centro al municipio como factor de desarrollo local.

Su finalidad es la elevación de la calidad de vida de las personas en el sentido no solo de mejorar sus niveles de ingreso y condiciones materiales de existencia, sino también de enriquecer su espiritualidad y los grados de participación porque abarca de forma integral la totalidad de los complejos asuntos de la vida en la comunidad en los planos sociales, políticos, económicos, medioambientales, de salud, culturales, entre otros, teniendo siempre como escenario a la comunidad local (GUZÓN CAMPORREDONDO, 2006).

Según las observaciones y las entrevistas realizadas a diferentes actores locales se pudo evidenciar la falta de conocimientos a la hora de elaborar la documentación requerida que se necesita para presentar los expedientes, poca integración del personal docente con las áreas agrícolas. Insuficiente integración e intercambio de capacitación entre docentes, productores y estudiantes en una agricultura agroecológica sostenible sobre la base de forma tecnológica y científica y la difusión de las nuevas tecnologías.

De las deficiencias antes declaradas se plantea el siguiente problema científico: ¿Cómo contribuir al fortalecimiento de la formación técnica de estudiantes del politécnico para incrementar las producciones agropecuarias con la integración de acciones docentes? Para dar respuesta a este problema se plantea como objetivo de esta investigación: Evaluar el impacto de un proyecto de desarrollo local (PDL) que permita el fortalecimiento de la formación técnica de estudiantes del politécnico para incrementar las producciones agropecuarias con la integración de acciones docentes y extensionistas.

DESARROLLO

El desarrollo local en Cuba surge como una necesidad ante la crisis económica de los años noventa. Desde entonces, diversos han sido los proyectos de desarrollo local que se implementan en correspondencia con la diversidad de fenómenos sociales y económicos que afectan a la sociedad en la que vivimos. Estos han contribuido al mejoramiento de las condiciones y calidad de vida de la población, generando significativos impactos a nivel social. En este sentido el vice primer ministro de Cuba, Alejandro Gil Fernández, soporta que el desarrollo local

Se concibe como un proceso esencialmente endógeno, participativo, innovador y de articulación de intereses entre actores del territorio y de escalas, sustentado en el liderazgo de los gobiernos municipales y provinciales para la gestión de sus estrategias de desarrollo (GIL FERNÁNDEZ, 2021, n.p).

Desde esta misma perspectiva, el doctor Miguel Díaz Canel Bermúdez, presidente cubano, en su tesis doctoral soporta que el desarrollo local, constituye un programa nacional en Cuba, cuyo objetivo es contribuir a la instrumentación de la descentralización en el país y al fortaleci-

miento de la teoría y la práctica del desarrollo local como complemento de las políticas centrales, todo lo cual debe demandar procesos de gestión del conocimiento e innovación con visiones intersectoriales, transdisciplinarias, que favorezcan la producción, difusión y uso del conocimiento, ajustado a las necesidades locales propias de esos ámbitos. Finalmente, afirma que es imprescindible movilizar la creatividad territorial asociada al “conocimiento situado. (DÍAZ-CANEL BERMÚDEZ, 2021, p. 65).

En nuestro país la producción de alimentos es valorado como un tema de alta seguridad nacional. Este proyecto apoya ese principio y apuesta también por la diversificación de especies en la que los cultivos, además de contribuir con una fuente inmediata de energías y nutrientes, garantiza la seguridad alimentaria de la familia.

Los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución cubana definen la necesidad de “lograr que el sector agroindustrial aporte progresivamente a la balanza de pagos del país, para dejar de ser un importador neto de alimentos y disminuir la alta dependencia de financiamiento que hoy se cubre con los ingresos de otros sectores” L: 177¹.

En este sentido se refuerza la necesidad de continuar incrementando la producción de alimentos para la población y disminuir las importaciones en la agroindustria, siendo llamados a desarrollar con efectividad el programa de autoabastecimiento alimentario. Por la importancia de la agricultura para la alimentación y como fuente de empleo, así como su impacto sobre el medio ambiente y la salud, los ciudadanos deben de tener conocimientos básicos que le permitan tener un criterio más responsable sobre la producción y consumo de productos agropecuarios.

El municipio Imías en la Estrategia de Desarrollo Local, declara como líneas estratégicas, el incremento de la producción de alimentos en el sector agropecuario y la capacitación, pilares importantes para la búsqueda de alternativas en el territorio con el fin de satisfacer las necesidades de alimentos. La insuficiente preparación técnica profesional de la fuerza laboral constituye una barrera para el logro de los resultados esperados, no obstante, se cuenta con un Centro de la Enseñanza Técnica y Profesional donde existen profesionales con categoría docente y científica en las diferentes especialidades. El territorio es considerado uno de los municipios de Cuba con mayores dificultades para alcanzar la producción de alimentos, no logrando asegurar los necesarios para sus más de 20 000 habitantes.

Dentro de las causas se destacan las condiciones climáticas que son desfavorables para la producción de granos, viandas y hortalizas, por las altas temperaturas y el déficit de precipitaciones que no supera los 600 mm anuales en las zonas con alta evaporación, ésta superior a los 2 000 mm anuales manteniéndose la zona en sequía agrícola casi permanente y limitando los cultivos agrícolas y la producción de alimentos, además de la carencia de tecnología adecuada para el riego agrícola. No obstante, se cuenta con las condiciones mínimas para la explotación ovina.

La Dirección Municipal de Educación tiene el deber social de preparar la fuerza laboral: técnicos medios y obreros calificados, vinculados a los centros de la enseñanza Técnica y Profesional, es por ello que este proyecto se propone utilizar las potencialidades de:

El Centro Politécnico Protesta de Baraguá, donde se estudian especialidades que sirven de base para materializar el Desarrollo Local del Municipio, como la de técnico medio en agro-

1 Lograr que este sector aporte progresivamente a la balanza de pagos del país, para dejar de ser un importador neto de alimentos y disminuir la alta dependencia de financiamiento que hoy se cubre con los ingresos de otros sectores.

nomía montañá y obreros calificados agropecuarios, principales eslabones en la producción de alimentos.

Dos fincas, una en la Cooperativa de Créditos y Servicios (CCS) “Antonio Maceo” y otra en la “Lino de las Mercedes”, aledañas al centro politécnico y que funcionan como aulas anexas de la propia escuela.

En la enseñanza Técnica y profesional se sigue como estrategia la vinculación de la teoría con la práctica como base del necesario desarrollo de los estudiantes, aspecto que ha de constituir piedra angular en la formación para la vida y para el trabajo. Se suma a este propósito la necesidad de incorporar en estos alumnos una formación más amplia donde exista una preparación adecuada en cuanto a la temática agroecológica, de forma tal que se logre un profesional capaz de dominar no sólo las técnicas para su desempeño laboral, sino que asuma la necesidad de producir de manera sustentable, sin agresión ni deterioro de los recursos naturales.

Para un mejor desempeño de alumnos y profesores en el cumplimiento de los programas, el centro cuenta con un área agrícola para el desarrollo de las actividades prácticas, de ellas: área de frutales, organopónico, y finca de autoconsumo. En los últimos años debido a las limitaciones económicas enfrentadas por el país, la formación general del egresado no ha alcanzado los resultados que hoy demanda la producción de alimentos en el municipio a partir de no poder utilizar todo el potencial productivo de estas áreas por las afectaciones fundamentalmente en las actividades prácticas.

A pesar de la voluntad política del Estado, que ha dispuesto según las posibilidades existentes tecnología de avanzada para garantizar el proceso docente educativo, tales como: televisores, vídeos y computadoras, no se han logrado los resultados esperados al existir carencias en determinados medios y equipos necesarios para el desarrollo eficiente del Proceso Docente Educativo en la práctica, como son: el déficit de equipos y herramientas de trabajo agrícolas, falta de equipamiento de riego para contrarrestar los elevados aumentos de la temperatura, así como, el déficit de instalaciones que simulen condiciones del proceso productivo las que han sido causas fundamentales que inciden de forma negativa en el perfeccionamiento de la formación académica y profesional de los alumnos, restándoles habilidades para su desempeño futuro como relevo de la fuerza técnica actual que demanda el desarrollo económico productivo de nuestro país.

Por otra parte, el municipio presenta un relieve mayormente montañoso, ya que el 93.8% está cubierto por montañas (491.5 km²) y el resto (25.98 km²) está conformado por pequeñas llanuras entre las cuales se destacan los valles de Imías y Cajobabo. Tiene 17 319.3 ha de tierra no cultivable, de ella sólo están en explotación 6 400.2 ha. Sumado a ello, de una población de 21 mil 277 habitantes el 54,1%, reside en la zona montañosa, lo que evidencia la necesidad de incentivar el estudio de esta carrera según lo planteado en el L: 150².

Con la ejecución de este proyecto se pretende además potenciar las condiciones del centro con aulas especializadas para la capacitación y la formación del técnico medio y el obrero calificado con conocimientos de la agroecología y de los principios de sus dimensiones científicas, tecnológicas y sociales, a partir de una perspectiva ambiental que les permita asumir su

2 Lograr que las matrículas en las diferentes especialidades y carreras estén en correspondencia con las demandas del desarrollo de la economía y la sociedad. Garantizar que la formación vocacional y la orientación profesional que se desarrolla desde la educación primaria, de conjunto con los organismos de la producción y los servicios y con la participación de la familia, potencien el reconocimiento a la labor de los técnicos de nivel medio y obreros calificados.

rol de futuros profesionales, así como la preparación de productores locales y habitantes de las comunidades aledañas, todo lo cual contribuirá a su preparación para desarrollar un proceso productivo eficiente y en armonía con el medio ambiente.

Por otra parte uno de los resultados de este proyecto es hacer sinergia con las acciones diseñadas en el proyecto “Sendero Eco Histórico Playitas de Cajobabo”, ya que se prevé que en el vivero tecnificado se fomenten los árboles descrito por Martí en su diario; se mantendrá el intercambio de visitas sistemáticas de estudiantes y profesores a las áreas del sendero, lo que permitirá incrementar la formación vocacional de los estudiantes y la cultura histórica ambiental, fortaleciendo la sinergia entre ambas acciones.

Con este proyecto se prevé además fortalecer las áreas de producción existentes en la escuela y en dos fincas de dos CCS, que funcionan como aulas anexas, las cuales se encuentran en franco deterioro y muestran déficit de equipamiento, así como obsolescencia tecnológica, lo que incide negativamente en la formación profesional de los egresados y en el desarrollo de los cursos para trabajadores o productores del territorio.

Vincular la docencia con la experiencia práctica de productores del área, en el que ambos saldrían fortalecidos, se prevé además el acondicionamiento de Aulas anexas de la familia agropecuaria ubicadas en las fincas de productores con experiencias pertenecientes a dos CCS; en ellas se prevé trabajar con tecnología de riego en diferentes condiciones climáticas adversas, para lograr la producción de hortalizas, carne y granos, además como resultado agregado esos productores lograrán un incremento en sus producciones agrícolas con la utilización de nuevas técnicas agroecológicas.

Además con el proyecto le permitirá al centro formar parte del acervo socio cultural comunitario, como unas de las premisas de la educación de convertir la escuela en el centro más importante de la comunidad a partir de las nuevas prácticas sostenibles en el manejo de los recursos naturales del entorno en su comunidad y de referencia para los restantes centros de la enseñanza técnica y profesional, lo que contribuirá a la formación de los nuevos valores sociales hacia niveles superiores en la calidad de vida. Se contribuye además al Programa de Desarrollo de la Agricultura Urbana, Suburbana y al de Autoabastecimiento Municipal, donde la producción de carne, vianda, hortalizas y frutales es una prioridad del Gobierno municipal.

Con la visita de los estudiantes a las diferentes aulas anexas se logra el contacto directo con las actividades agrícolas y pecuarias nutriéndose de la experiencia de los productores. Se realiza tareas conjuntas de protección y conservación de suelo a partir de la corrección de cárcavas, construcciones de barrera vivas y muertas, aplicación de materia orgánica; serán plantados árboles, siendo estas acciones favorables en la preparación de los docentes, productores y formación de los estudiantes.

Con la explotación de las iniciativas se logran los resultados propuestos se utilizaron los siguientes indicadores:

Fortalecer el incremento de las producciones agropecuarias sostenibles con la integración de acciones docentes y extensionistas desde el centro politécnico con dos aulas anexas, logrando así un incremento de las producciones.

Fortalecer la preparación de los estudiantes, técnicos agropecuarios y productores del

municipio en el uso eficiente de las tecnologías agropecuarias sostenibles con acciones docentes y extensionistas desde el Centro Politécnico Protesta de Baraguá en Imías. Desde que se inician las actividades propuestas en el proyecto en el año 2018 se logró graduar 86 estudiantes; en el 2019 se alcanzan 62 graduados; 69 en el 2020 y en 63 en el 2021 y 64 en el 2022, logrando mejorar los resultados en las prácticas pre profesionales y habilidades profesionales. En obreros calificados se logran graduar 66 estudiantes. Del claustro se logran 5 docentes ingenieros y los trabajos científicos realizados se han implementado en las áreas agrícolas del centro, siendo extensivos a los diferentes productores del territorio.

Se logra contribuir al incremento de las producciones agroecológicas de alimentos y diversificar la información científico- técnica, acercándola a los técnicos medios y productores del municipio en las aulas anexas y finca de autoconsumo de la escuela. Fortaleciendo así las diferentes producciones cooperadas de las áreas aledañas.

Fortalecidas la preparación de los estudiantes de la carrera de técnicos agropecuarios, profesores y productores del municipio con el uso eficiente de las tecnologías.

Incrementada la producción de alimentos con la integración de las aulas anexas y la escuela. Funcionando las áreas básicas, las aulas anexas en la escuela y vivero tecnificado de frutales.

Realizados intercambios con productores y técnicos del municipio para la difusión de tecnologías agroecológicas. El 30% de los productores del municipio participan en talleres de intercambio sobre producciones agroecológicas.

Se beneficiaron los 320 estudiantes del centro politécnico de la especialidad de Técnico Medio en Agronomía y obreros calificados en Agropecuaria, de ellos 175 femeninas y 255 hombres. Los 53 profesores de la escuela y 66 especialistas de la producción con los que mantenemos convenio de trabajo, partiendo de la utilización de las fincas como aulas anexas para la práctica y actividad docente, los trabajadores/as de las dos fincas que se utilizaron como aulas anexas y sus familiares. Los pobladores de la comunidad Pueblo Nuevo y los 5 579 habitantes y las 29 personas vinculadas a las fincas.

Con la formación de obreros calificados y técnicos medios en las ramas Agropecuarias, el municipio conscientes de las mejoras que representa el proyecto para trabajadoras y trabajadores, se logra un importante impacto social y ambiental que tiene su incidencia fundamental en las comunidades y el municipio, tanto por la incorporación de conocimientos que facilitará la formación de un capital humano más en sintonía con las exigencias actuales para el desarrollo agro productivo, vinculando en especial a los campesinos productores, estrechando las relaciones de la escuela, la localidad y del país.

Así como, por el mejoramiento de las condiciones ambientales de la zona con producciones agroecológicas, manteniendo como premisa para el avance del mismo, la participación directa de los beneficiarios en el diseño y ejecución de las acciones planificadas, con lo que se garantiza la sostenibilidad del mismo. Por otra parte, se lograr un potencial de docentes preparado en un nuevo tipo de agricultura relacionada con la sociedad y el desarrollo de una enseñanza técnica y profesional con carácter científico.

CONCLUSIONES

La aplicación de este proyecto de desarrollo local contribuyó en primer lugar a un acercamiento a la enseñanza y el aprendizaje de un proceso tan complejo como es el de elaborar un PDL, los resultados alcanzados se pueden catalogar de positivos basados en las valoraciones obtenidas de los diferentes actores económicos y sociales que han interactuado.

Su ejecución conllevó al fortalecimiento de la preparación de los estudiantes y docentes de la carrera de Técnicos Agropecuarios, profesores y productores del municipio con el uso eficiente de las tecnologías y la producción sostenible de alimentos, se incrementó la producción de alimentos con la integración de las aulas anexas y la escuela. Además, se realizaron intercambios con productores, técnicos y otros proyectos que se ejecutan en el municipio, para la difusión de tecnologías agroecológicas logrando un importante impacto social y ambiental con incidencia en las comunidades y el municipio por la incorporación de conocimientos que facilitaron la formación de un capital humano.

REFERENCIAS

GIL FERNÁNDEZ, A. Ministro de Economía informa nuevas facilidades para impulsar proyectos de desarrollo territorial. Cuba debate. 2021. Recuperado de <http://www.cubadebate.cu/noticias/2020/07/30/ministro-de-economia-informa-nuevas-facilidades-para-impulsar-proyectos-de-desarrollo-territorial/>

DÍAZ-CANEL BERMÚDEZ, M. Sistema de gestión del gobierno basado en Ciencia e Innovación para el desarrollo sostenible en Cuba. (Tesis Maestría). Villa Clara, Cuba: Universidad Marta Abreu. 2021.

GUZÓN CAMPOREDONDO, A. Multimedia “Diseño de proyectos de desarrollo local”. La Habana, Cuba: Sello editor Educación cubana. 2006.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución. Resolución VI Congreso del PCC. 2011. Recuperado de <http://www.cubadebate.cu>.

Organizador



Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais – Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIDCs no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar.

<http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

Índice Remissivo

A

administração 24, 26, 32
agropecuarias 62, 65, 66
ambiental 11, 12, 13, 14, 15, 16,
ambientalismo 10, 13, 14, 16
analisar 10, 11
análises 23
aplicativo 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45
atendimento 40, 42, 44

B

bem-estar 11

C

capitania 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 37
cidadania 19
científica 62, 63
cliente 43, 44
coletivo 40, 41, 42, 43, 44
conceitos 16, 47, 54
conflitantes 18
conflito 34
conflitos 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16
consumo 63
cotidiana 55, 56
crimes 43
Cuiabá 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,
33, 34, 35, 36, 37, 38
cultura 48, 52, 55, 56
cultural 53, 59, 60
culturas 10, 14

D

defesa 19, 20, 25, 28, 35
desarrollo local 61, 62, 63, 67
desenvolvimento 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 48, 49, 50, 56
dimensão plural 16

E

ecologia 10, 11, 14, 15

econômica 11, 12, 15, 21, 24, 25, 26, 29, 31, 34, 35

emancipação 19, 21, 22, 23, 36

estratégias 18, 21, 27

F

formación 61, 62, 64, 65, 66, 67

G

gestão 14, 41, 42

governo 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36

governos 18, 29, 30, 35

H

hábito 39, 40, 42, 43, 44, 45

hábitos 41

história 13, 19, 47, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

humanas 10, 11

humano 11, 13, 15

I

inconstitucionalidade 31

inovações 59

institucionais 18

integración 61, 62, 65, 66, 67

interesses 19, 20, 21, 25, 26, 28, 30

internet 42, 45

J

justiça 10, 11, 14, 15, 16

justiça ambiental 11, 14, 15
justiça socioambiental 10, 14, 15, 16

L

legislativa 19
liberdade 19, 32, 42, 55, 56
locomobilidade 40
lugar 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60

M

movilidade 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45
motorista 42, 44
motoristas 40, 41, 42, 43, 44, 45

N

natureza 10, 12, 13, 14, 15, 16
nuevas tecnologías 62

P

patrimônio 52, 53, 58, 59, 60
pesquisa 18
pessoas 41, 42, 43, 47, 49, 51, 54, 55, 58
plataforma 41, 42, 43, 44, 45
plataforma virtual 41, 42
poder 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 36
política 10, 11, 14, 15, 16, , 17, 18, 19, 21, 22, 24, 28, 29, 32, 34, 36, 44
político 21, 22, 23, 25, 28, 34, 35, 36
políticos 18, 21, 25, 29, 36
população 14, 22, 24, 25, 27, 28, 40, 41, 43, 44
povos 10, 13, 14, 15, 16
prática 28, 56
práticas sociais 40, 41
processo 13, 14, 18, 19, 21, 25, 34, 35, 37, 42, 56, 59
producciones 62, 65, 66
produtividade 11

províncias 19, 21, 28, 29, 36
público 29, 32, 36, 40, 41, 42

Q

qualidade 23
qualidade de vida 40

R

religião 47, 48
religiões 47, 54

S

sagrado 46, 47, 48, 54, 55, 57, 59, 60
saúde 5, 41
segurança 24, 32, 40, 42, 43, 44, 56
serviço 42, 43, 44
sobrenaturais 48
sobrenatural 47, 57, 60
sobrevivência 49
sociais 10, 11, 12, 13, 14, 16, 40, 41
social 10, 11, 12, 13, 15, 16, 55, 56, 58, 59
sociedade 11, 12, 13, 16
socioambientais 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16,
socioambiental 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16
software 40
sostenible 62, 67
sustentabilidade 11, 12, 14, 16

T

tecnológica 42, 44
tecnológico 44
território 62, 63, 65, 66
trabalho 41, 48, 50, 52, 56
transporte 40, 41, 42, 43, 44
Trindade 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58,
59, 60
turismo religioso 57, 60

U

Uber 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

urbana 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

usuários 40, 41, 42, 43, 44, 45

V

veículos 40, 41, 42, 44

vida 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 40, 51, 55, 56, 59

